

**EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL - Nº 2017.06.19.1- RP**

Regido pela Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente pela Lei n.º 8.666 de 21/06/93 e suas alterações posteriores, formalizada pelo Decreto Municipal nº 108, de 28 de Março de 2017.

**PREÂMBULO**

O PREGOEIRO do Município de Boa Viagem, designada pela Portaria n.º 10.05.003/2017, de 10 de Maio de 2017, torna público para conhecimento de todos os interessados que às **09 horas do dia 03 de Julho de 2017**, na Sede da Prefeitura Municipal de Boa Viagem, localizada à Praça Monsenhor José Cândido, Nº 100, Centro, Cep: 63.870-000, Boa Viagem/CE, em sessão pública, dará início aos procedimentos de recebimento e abertura dos envelopes concernentes às propostas de preços, formalização de lances verbais e documentos de habilitação da licitação modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 2017.06.19.1- RP**, através de **SRP (Sistema de Registro de Preço)**, identificado abaixo, mediante as condições estabelecidas no presente Edital e seus anexos.

<b>Objeto:</b>	REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICO E HIDRAULICO DE INTERESSE DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO – SAAE DO MUNICIPIO DE BOA VIAGEM, TUDO CONFORME ESPECIFICAÇÕES EM ANEXO.
<b>Critério de Julgamento:</b>	Menor Preço por Lote.
<b>Espécie:</b>	Pregão Presencial.
<b>Secretaria/Órgão Gestor:</b>	Serviço Autônomo de Água e Esgoto- SAAE.

**1ª Parte: Nesta licitação serão encontradas palavras, siglas e abreviaturas com os mesmos significados:**

1. LICITAÇÃO: - O procedimento de que trata o presente edital;
2. LICITANTE: - Pessoa Jurídica que participa desta licitação;
3. HABILITAÇÃO: - Verificação atualizada da situação jurídica, regularidade fiscal, trabalhista e qualificação econômico-financeira, que seja exigida neste edital, do vencedor da fase de proposta de preços;
4. ADJUDICATÁRIA: - Pessoa Jurídica vencedora da licitação, à qual será adjudicado o seu objeto;
5. CONTRATANTE: - O Município de Boa Viagem que é signatário do instrumento contratual;
6. VENCEDORA: - Pessoa Jurídica à qual foi adjudicado o objeto desta licitação, e é signatária da Ata de Registro de Preços com a Administração Pública;
7. FISCALIZAÇÃO/INTERVENIÊNCIA: - A Prefeitura Municipal de Boa Viagem, que é o órgão encarregado do acompanhamento e fiscalização do fornecimento;
8. PREGOEIRO: - Servidora designada por ato do titular do Poder Executivo Municipal, que realizará os procedimentos de credenciamento dos interessados, recebimento dos envelopes das propostas de preços e da documentação de habilitação, abertura dos envelopes, o seu exame e a classificação dos proponentes, condução dos procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta ou do lance de menor preço, adjudicação, quando não houver recurso, elaboração da ata, condução dos trabalhos da equipe de apoio, recebimento, o exame e a

decisão sobre recursos e o encaminhamento do processo devidamente instruído, após a adjudicação, á autoridade superior, visando à homologação e ou a contratação;

9. EQUIPE DE APOIO: - Equipe designada por ato do titular do Poder Executivo Municipal, formada por, no mínimo, 02 servidores que prestarão a necessária assistência ao PREGOEIRO durante a realização do pregão;

10. AUTORIDADE SUPERIOR: - É o titular do órgão ou entidade de origem desta licitação, Ordenadora de Despesa da Secretaria competente, incumbido de definir o objeto da licitação, elaborar seu termo de referência, orçamento e instrumento convocatório, determinar a abertura da licitação, decidir os recursos contra atos do PREGOEIRO, adjudicar o objeto ao vencedor, no caso de interposição de recurso, homologar o resultado da licitação e promover a celebração da Ata de Registro de Preços;

11. LOTE/ITEM: - Cada parcela que perfaz o objeto desta licitação, sendo composta de subitens, deverá o item ser cotado prevendo todos os seus subitens e estes no seu quantitativo integral;

12. PMG: - Prefeitura Municipal de Boa Viagem.

## **2ª Parte: Das Cláusulas Editalícias**

### **01.00 - DO OBJETO**

01.01 - A presente licitação tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICO E HIDRAULICO DE INTERESSE DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO – SAAE DO MUNICÍPIO DE BOA VIAGEM, TUDO CONFORME ESPECIFICAÇÕES EM ANEXO**, tudo de acordo com as especificações do Anexo I e II, parte integrante deste edital.

01.02 - Compõem o presente instrumento, os seguintes anexos:

- I. TERMO DE REFERÊNCIA;
- II. PROPOSTA PADRONIZADA;
- III. MODELO DE DECLARAÇÕES/PROCURAÇÃO;
- IV. MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;
- V. MINUTA DO CONTRATO.

01.03 - O presente procedimento de licitação seguirá o seguinte trâmite em fases distintas:

- I. Credenciamento dos licitantes, recebimento dos envelopes de “propostas de preços” e “documentos de habilitação” e após ocorrerá à verificação das condições de participação;
- II. Abertura das propostas de preços apresentadas, verificação e classificação inicial;
- III. Lances verbais entre os classificados;
- IV. Habilitação do licitante melhor classificado;
- VI. Recursos e julgamento.
- VII. Adjudicação

### **02.00 - DO CREDENCIAMENTO**

02.01 - Em data e horário estabelecidos para a realização da sessão pública do pregão, serão chamadas à mesa de abertura os licitantes para realização do credenciamento e entrega dos envelopes subitens: 01 (Proposta de Preços) e 02 (Documentos de Habilitação), devendo apresentar-se com apenas 01 (um) representante para proceder ao credenciamento, apresentando fora (lado externo) dos Envelopes, com os seguintes documentos:

**a) Tratando-se de Proprietário, Sócio ou Representante Legal:**

1 - Documento oficial de **identificação (com foto)**;

2 - Ato Constitutivo da Empresa (**Contrato Social/Estatuto Social/Registro de Firma Individual**) em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de Sociedade Comercial; e, no caso de Sociedade por Ações, acompanhado dos documentos referentes às eleições de seus administradores;

3 - Instrumento público de **procuração** ou instrumento particular de procuração, com firma reconhecida em cartório, com poderes para representar a empresa em licitações ou, especificamente, neste pregão e suas respectivas fases/etapas, inclusive formulação de lances em pregões. No caso de representante legal. Conforme modelo facultativo disposto no **item 2 do ANEXO III** deste Edital.

02.02 - os documentos exigidos poderão ser apresentados e entregues em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, ou através da publicação em órgão da imprensa oficial;

02.03 - Tão somente a pessoa credenciada poderá intervir no procedimento licitatório, sendo admitido, para esse efeito, um único representante por licitante interessada;

02.04 - Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma empresa neste Pregão, sob pena de exclusão sumária de ambas as licitantes representadas, assim, deverá escolher qual empresa o representará;

02.05 - Por motivo de força maior, poderá ser substituído o credenciado a qualquer momento por outro que atenda as condições de credenciamento;

02.06 - A não comprovação de que o interessado possui poderes específicos para representar a licitante no certame, não apresentação do RG, procuração ou contrato social, bem como a não apresentação ou incorreção de algum documento de credenciamento, ou a Ausência de Credenciado, o licitante (representante) não será credenciado, onde somente será válida sua proposta escrita, porém, sem a possibilidade de ofertar lances ou propor recursos, bem como o impedimento da prática de qualquer espécie de ato durante a sessão;

02.07 - O PREGOEIRO ao realizar a última chamada para credenciamento, chamando todos os interessados para entregarem os envelopes, caso não exista manifestação, dar-se-á por encerrada a etapa de credenciamento, não se admitindo licitantes retardatários.

**03.00 - DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES**

03.01 - Os interessados deverão apresentar, até a data e hora do recebimento, 02 (dois) envelopes fechados, cada um deles correspondendo a uma fase de forma a não permitir a sua violação, em cuja parte externa deverá constar:

À PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VIAGEM  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 2017.06.19.1- RP  
LICITANTE: \_\_\_\_\_ CNPJ \_\_\_\_\_  
ENVELOPE N.º 01 (PROPOSTA DE PREÇOS)

À PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VIAGEM  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 2017.06.19.1- RP  
LICITANTE: \_\_\_\_\_ CNPJ \_\_\_\_\_  
ENVELOPE N.º 02 (DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO)

#### **04.00 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

04.01 - Poderão participar desta licitação, pessoa jurídica sob a denominação de sociedades empresárias (sociedades em nome coletivo, em comandita simples, em comandita por ações, anônima e limitada) e de sociedades simples (associações, fundações e sociedades cooperativas) regularmente estabelecidos neste País, cadastrados ou não no Cadastro de Fornecedores da Prefeitura Municipal de Boa Viagem e que satisfaçam a todas as condições da legislação em vigor, deste edital, inclusive tendo seus objetivos sociais compatíveis com o objeto da licitação.

04.02 - A incompatibilidade dos objetos sociais da licitante com o objeto da licitação implicará na impossibilidade de sua participação no certame.

04.03 - Não poderão participar licitantes com sócios, diretores ou representantes comuns.

04.04 - Se antes do início da abertura dos envelopes de preço for constatada a comunhão de sócios, diretores ou representantes entre licitantes participantes, somente uma delas poderá participar do certame.

04.04.1 - Se constatada a comunhão de sócios, diretores ou representantes entre licitantes participantes após a abertura dos envelopes de preço, os respectivos participantes serão automaticamente desclassificados do certame, independentemente do preço proposto.

04.05 - Não poderão participar da presente licitação os interessados que se encontrem em processo de falência ou concordata, de dissolução, de fusão, de cisão ou de incorporação, ou ainda, que estejam cumprindo suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a Prefeitura de BOA VIAGEM-CE, ou tenham sido declaradas inidôneas e estejam impedidas de licitar ou contratar com a Administração Pública Federal, Estadual e Municipal, bem como licitantes que se apresentem constituídos na forma de empresas em consórcio, ou ainda, que se encontre como sujeito passivo em processo administrativo de apuração de idoneidade ou adimplência contratual não encerrado.

04.06 - Empresas cujos diretores, gerentes, sócios e responsáveis técnicos sejam servidores ou dirigentes da PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VIAGEM, membro efetivo ou substituto da Comissão Permanente de Licitação, bem como o PREGOEIRO ou membro da Equipe de Apoio.

04.07 - A(s) empresa(s) participante(s) do presente processo licitatório deverá(ão) **estar ciente** que o objeto adquirido estará sujeito à aceitação pelo órgão recebedor, ao qual caberá o direito de recusar caso não esteja de acordo com o especificado no Termo de Referência da presente licitação ou seja um produto de qualidade inferior ao solicitado ou ainda por questão de interesse público devidamente justificado.

04.08 - A participação na licitação implica automaticamente na aceitação integral e irrevogável dos termos e conteúdos deste edital e seus anexos, a observância dos preceitos legais e regulamentos em vigor; e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

04.09 – Como condição de participação os interessados apresentarão fora dos Envelopes (lado externo), os seguintes documentos:

##### **a) Tratando-se de Pessoa Jurídica:**

1 - Apresentar **Declaração** com firma reconhecida em cartório, dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação prevista neste Edital, conforme modelo disposto no **item 1 do ANEXO III** deste Edital.

2 – Apresentar **certidão**, fornecida pelo Setor de Cadastro da Prefeitura de Boa Viagem, de que o licitante está adimplente com o Município de Boa Viagem e que tomou

conhecimento de todas as informações necessárias para o cumprimento das obrigações deste edital.

3 – Nos termos do art. 8º da IN 103/2007 do DNRC – Departamento Nacional de Registro no Comércio, as empresas enquadradas como microempresas (ME) e empresa de pequeno porte (EPP) que pretenderem se beneficiar nesta licitação do regime diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, deverá apresentar **Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial** com emissão não anterior a 30 (trinta) dias.

04.10 - os documentos exigidos poderão ser apresentados e entregues em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, ou através da publicação em órgão da imprensa oficial;

04.11 - A Declaração de Credenciamento deverá conter nome ou razão social e endereço completo, telefone, fax e e-mail da licitante, bem como assinada por pessoa com poderes para tal;

04.12 - Certidão Negativa de Inadimplência Contratual perante a Prefeitura Municipal de Boa Viagem, emitida pelo Setor de Cadastro, a qual deverá ser solicitada em prazo não inferior a 24 (vinte e quatro) horas da sessão de recebimento dos envelopes, mediante apresentação dos seguintes documentos:

a) cópia do Contrato Social em vigor (acompanhado de todos os aditivos ou consolidado);

b) documento oficial de identificação (com foto) válido, do responsável pela solicitação;

c) comprovação de poderes para investidura - procuração (se for o caso);

d) A solicitação da Certidão Negativa de Inadimplência Contratual poderá ser feita por meio virtual, **mediante solicitação formal**, acompanhada ainda dos documentos tratados nos subitens anteriores. Maiores informações na sede do setor de licitação ou pelo telefone (088) 3427-7001.

e) A entrega da Certidão Negativa de Inadimplência Contratual será feita única e exclusivamente na sede do Setor de licitação, e no caso de solicitação por meio virtual, a solicitante deverá apresentar os documentos tratados anteriormente em originais e/ou cópia autenticada.

04.13 – As empresas enquadradas no regime diferenciado e favorecido das microempresas e empresas de pequeno porte que não apresentarem a Certidão acima solicitada poderão participar normalmente do certame, porém, em igualdade de condições com as empresas não enquadradas neste regime.

04.14 – A não apresentação ou validade das Declarações (**Declaração de que Cumpre os Requisitos de Habilitação e certidão de Adimplência**) acima exigidas, implicará na impossibilidade de participação da empresa e sua proposta escrita, pois a mesma não estará adimplente a licitar.

## **05.00 - DA PROPOSTA DE PREÇOS ESCRITA – ENVELOPE N.º 01**

05.01 - A proposta de preços deverá ser elaborada em **01 (uma) via** em papel timbrado ou com carimbo do interessado, manuscrita em letra de forma em tinta não lavável ou confeccionada por máquina, impresso por computador ou outro meio mecânico, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, contendo na parte externa do envelope as seguintes indicações:

a. Indicação do item/lote cotado, com especificação, unidade, quantidade e indicação da Marca, seguindo o modelo padronizado no **ANEXO II** deste Edital;

Praça Monsenhor José Cândido, nº 100 – Centro – Boa Viagem – Ceará

CEP.: 63.870-000

Fone (88) 3427-7001

- b. O critério de julgamento é menor preço por **LOTE**;
- c. Preço unitário e total do subitem (quantidade x preço unitário), em algarismos;
- d. Prazo de entrega, que será de **05 (CINCO) DIAS corridos**, a contar da data do recebimento da Ordem de Compra por parte do licitante vencedor;
- e. Prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias;
- f. Nos preços propostos já estarão incluídas as despesas referentes a frete (entrega), tributos e demais ônus atinentes à entrega do objeto;
- g. Na hipótese das propostas estarem sem assinatura, estando presente o representante legal da empresa na sala onde estão sendo abertos os envelopes e, desde que devidamente comprovada a sua representatividade através de procuração com poderes para tal, a falta da assinatura poderá ser sanada no ato da constatação de tal fato.

05.02 - A Proposta de Preços Escrita deverá ser elaborada observando as seguintes recomendações:

05.02.1 - O licitante não poderá cotar proposta com quantitativo de item ou subitem diferente ao determinado pelo edital.

05.02.2 - O preço final não poderá ultrapassar o limite máximo discriminado no Orçamento Básico em poder do PREGOEIRO, o lance final deverá atingir preço igual ou inferior ao limite máximo constante naquele documento. Caso não seja realizada a fase de lances verbais, o licitante que cotou na proposta escrita o menor preço deverá reduzi-lo a um valor igual ou inferior ao limite máximo do mencionado preços de referência através de negociação, sob pena de desclassificação.

05.02.3 - Os preços constantes da proposta do licitante deverão conter apenas duas casas decimais após a vírgula, cabendo ao licitante na elaboração da proposta proceder ao arredondamento ou desprezar os números após as duas casas decimais dos centavos, e deverão ser cotados em moeda corrente nacional.

05.02.4 - Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro argumento não previsto em lei.

05.02.5 - Após a entrega dos envelopes não caberá desistência por parte de qualquer licitante, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado e aceito pelo(a) Pregoeiro(a).

## **06.00 - DOS LANCES VERBAIS**

06.01 - Os lances verbais serão apresentados exclusivamente pelo licitante autor da proposta de menor preço, por aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10%, relativamente à de menor preço, e que tenham atendido às especificações técnicas e demais requisitos constantes do edital que será analisado antes dos lances, excetuando-se preço, cuja análise será após a conclusão da fase de lances verbais.

06.02 - Quando não forem verificadas, no mínimo, 03 propostas de preços escritas nas condições do item acima, o PREGOEIRO classificará as melhores propostas subsequentes, até o máximo de três, para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas.

06.03 - Os lances verbais serão apresentados de forma sucessiva e em preços distintos e decrescentes.

## **07.00 - DA HABILITAÇÃO - ENVELOPE N.º 02**

07.01 - O Envelope de Habilitação deverá conter os documentos abaixo elencados, preferencialmente numerados sequencialmente, que constituirão a comprovação da:

### **07.01.1 - Habilitação Jurídica**

07.01.1.1 - **REGISTRO COMERCIAL**, no caso de empresa individual, no registro público de empresa mercantil da Junta Comercial; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro da Junta onde opera com averbação no registro da Junta onde tem sede a matriz;

07.01.1.2 - **Ato Constitutivo, Estatuto Ou Contrato Social Consolidado** em vigor devidamente registrado no registro público de empresa mercantil da Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro da Junta onde opera com averbação no registro da Junta onde tem sede a matriz.

07.01.1.3 - **INSCRIÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO**, no caso de sociedades simples - exceto cooperativas - no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas acompanhada de prova da diretoria em exercício; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas do Estado onde opera com averbação no Cartório onde tem sede a matriz.

07.01.1.4 - **DECRETO DE AUTORIZAÇÃO**, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e **ATO DE REGISTRO DE AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO** expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

07.01.1.5 - **CÉDULA DE IDENTIDADE E CPF**, do Sócio-Administrador e ou Titular da Empresa.

### **07.01.2 - Regularidade Fiscal e Trabalhista**

07.01.2.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

07.01.2.2 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, conforme o caso, relativo ao domicílio ou sede do licitante;

07.01.2.3 - Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão de Quitação de Tributos Federais e Quanto à Dívida Ativa da União);

07.01.2.4 - Prova de regularidade para com a Fazenda, Estadual;

07.01.2.5 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante;

07.01.2.6 - Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS);

07.01.2.7 - Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

07.01.2.8 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

07.01.2.9 - A Comprovação solicitada no item **07.01.2.6** poderá ter sua regularidade verificada mediante apresentação da certidão conjunta demandada no item **07.01.2.3** na forma da Portaria MF nº 358, de 05 de setembro de 2014 ou ainda mediante apresentação da CND junto ao INSS que ainda esteja dentro de seu período de validade.

### **07.01.3 - Qualificação Econômica-Financeira**

07.01.3.1 - **Balanco patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente registrado na junta comercial da sede da licitante, acompanhado dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário - estes termos devidamente registrados na Junta Comercial - constando ainda, no balanço, o número do Livro Diário e das folhas nos quais se acha transcrito, que comprovem a boa situação financeira da empresa, com vistas aos compromissos que terá de assumir caso lhe seja adjudicado o objeto licitado, devidamente assinado pelo contador responsável, sendo vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, com Certidão de Regularidade Profissional - CRP;

07.01.3.2- Serão considerados como na forma da Lei, o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis assim apresentados:

Na sociedade empresária regida pela Lei nº. 6.404/76, sociedade anônima ou por ações:

a) Publicadas em Diário Oficial; ou - Publicados em jornal de grande circulação; ou  
b) Por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

07.01.3.3- As demais formas societárias regidas pelo Código Comercial devem apresentar o balanço do último exercício social que, via de regra, coincide com o ano civil. Tal informação será verificada através dos atos constitutivos societários.

07.01.3.4 - As empresas constituídas á menos de um ano apresentarão o Balancete de Verificação referente aos dois últimos meses anteriores à data de abertura dos envelopes.

07.01.3.5 - As empresas constituídas á menos de dois meses apresentarão o Balanço de Abertura.

07.01.3.6 - As empresas optantes pelo regime de tributação sobre o lucro real/presumido, através da escrituração digital SPED (ECD), conforme dispõe os art. 3o da Instrução Normativa RFB nº. Instrução Normativa RFB nº 1594, de 01 de dezembro de 2015 da Receita Federal do Brasil. Ficando a exigência de apresentação do Balanço Patrimonial do último exercício social, a ser apresentado no prazo que determina o art. 5º da Instrução Normativa RFB, bem como o que determina a Jurisprudência no Acórdão TCU nº 2.669/2013 de relatoria do Ministro Valmir Campeio.

07.01.3.7 - **Certidão Negativa de Falência ou Concordata** expedida pelo distribuidor, ou distribuidores, se for o caso, da sede da pessoa jurídica.

### **07.01.4 – Declarações e Outros**

07.01.4.1 – Declaração com firma reconhecida de que, em cumprimento ao estabelecido na Lei nº 9.854, de 27/10/1999, publicada no DOU de 28/10/1999, e ao inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal, não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem emprega menores de 16 (dezesesseis) anos em trabalho algum, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, conforme modelo constante dos Anexos deste edital;

07.01.4.2- Declaração com firma reconhecida expressa de integral concordância com os termos deste edital e seus anexos, conforme modelo constante dos Anexos deste edital;

07.01.4.3- Declaração com firma reconhecida, sob as penalidades cabíveis, de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação, ficando ciente da obrigatoriedade de



declarar ocorrências posteriores, conforme modelo constante dos Anexos deste edital (art.32, §2º, da Lei n.º 8.666/93);

07.01.4.4 - As Declarações de Habilitação deverão conter nome ou razão social e endereço completo, telefone, fax e e-mail da licitante, bem como assinadas por pessoa com poderes para tal.

07.01.4.5 - Autorização do exercício de sua atividade aberta ao público (**Alvará de Funcionamento**).

## **08.00 – DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO**

08.01 - Sendo considerada aceitável a proposta de preços da(s) licitante(s) que apresentou menor preço, o PREGOEIRO procederá à abertura do Envelope nº 02 – Da Habilitação da autora da proposta de menor preço, realizando a verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas neste Edital;

08.02 - No caso de licitação com objeto dividido em mais de um lote, o licitante deverá apresentar um único envelope “B” lacrado, cuja documentação será pertinente ao lote ou a todos os lotes cotados pelo licitante.

08.03 - Os documentos exigidos neste Edital deverão estar com prazo de validade em vigor na data marcada para recebimento dos envelopes, em original, ou em cópia já autenticada por cartório competente, devendo a cada face de documento reproduzido corresponder uma autenticação, ainda que diversas reproduções sejam feitas na mesma folha, todos perfeitamente legíveis. Portanto as certidões/declarações bem como as de falência e concordata caso exigidas neste edital as quais não tiverem em seu corpo sua data de validade terão validade de 30 (trinta) dias.

08.03.1 - Caso na autenticação conste expressamente que a mesma se refere ao verso e ao anverso do documento, a exigência referente à autenticação de todas as faces do documento fica sem validade.

08.03.2 - Caso o documento apresentado seja expedido por instituição que regulamente a disponibilização do documento pela Internet, o PREGOEIRO poderá verificar a autenticidade do mesmo através de consulta via Internet.

08.04 - Para a habilitação jurídica, o licitante deverá, nos documentos exigidos neste instrumento convocatório, demonstrar a compatibilidade dos seus objetivos sociais com o objeto da licitação.

08.05 - Caso o documento apresentado seja expedido por instituição pública que esteja com seu funcionamento paralisado no dia de recebimento dos envelopes, a licitante deverá, sob pena de ser inabilitada, apresentar o referido documento constando o termo final de seu período de validade coincidindo com o período da paralisação e deverá, quando do término da paralisação, sob pena de ser inabilitada supervenientemente, levar o documento à Comissão nas mesmas condições de autenticação, para que seja apensado ao processo de licitação. Caso o processo já tenha sido enviado ao órgão de origem da licitação, deverá a licitante levá-lo a esta instituição para que o mesmo se proceda.

08.06 - Somente serão aceitos os documentos acondicionados no envelope “B” não sendo admitido o recebimento pelo PREGOEIRO, de qualquer outro documento, nem permitido à licitante fazer qualquer adendo aos entregues ao PREGOEIRO.

08.07 - Será inabilitado o licitante que não atender às exigências deste edital, e que apresentar documentação em desacordo com quaisquer dessas exigências, referentes à fase de habilitação, bem como apresentar os documentos defeituosos em seu conteúdo e forma.

08.08 - Os documentos referentes à regularidade fiscal deverão apresentar igualdade de CNPJ - ressaltando-se aquele que o próprio órgão emissor declara expressamente no referido documento que ele é válido para todos os estabelecimentos - sede e filiais - da licitante.

08.09 - Caso haja documentos redigidos em idioma estrangeiro, os mesmos somente serão considerados se forem acompanhados da versão em português firmada por tradutor juramentado.

08.10 - Caso haja a inserção de original de documento junto com as cópias autenticadas, o PREGOEIRO, por força da lei nº 5.553/68, procederá à devolução do mesmo mediante solicitação por escrito, do licitante; ou poderá efetuar a substituição do original por cópia autenticada, quando concluída a fase de habilitação.

08.11 - As Certidões/Declarações de que se trata a cláusula 7.0 (DA HABILITAÇÃO E SEUS SUBITENS) que não tenham prazo de validade fixados no corpo do mesmo terão validade de 30 (trinta) dias corridos.

08.12 - O PREGOEIRO poderá, também, solicitar originais de documentos já autenticados, para fim de verificação, sendo o licitante obrigado a apresentá-los no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis contados a partir da solicitação, sob pena de, não o fazendo, ser inabilitada.

08.13 - Caso a solicitação seja feita durante a sessão de habilitação, o caso deverá ser registrado em Ata, nela constando o prazo máximo referido no item 08.12.

08.14 - Todas as declarações solicitadas para a fase de habilitação deverão estar com firma reconhecida em cartório competente.

08.15 - O envelope de documentação deste Pregão que não for aberto ficará em poder do PREGOEIRO pelo prazo de 30 (trinta) dias consecutivos após a abertura da licitação, após o que ficará à disposição da licitante para retirada até o prazo de 15 (quinze) dias úteis, restando à Administração inutilizá-lo se não procurado;

08.16 - Os envelopes com os documentos de habilitação das empresas que forem excluídas da fase competitiva do certame (lances verbais) permanecerão sob guarda do PREGOEIRO e sua Equipe de Apoio, até o final da Sessão, restando à Administração inutilizar os envelopes se não procurados no prazo de 30 (trinta) dias.

## **09.00 - DOS PROCEDIMENTOS GERAIS**

09.01 - A entrega dos documentos de credenciamento, dos envelopes contendo as propostas de preços e os documentos de habilitação, será feita no dia, hora e endereço previstos no preâmbulo deste edital.

09.02 - Aberta a sessão pelo PREGOEIRO, o licitante ou seu representante legal, presentes à sessão, procederão ao respectivo credenciamento mediante apresentação de procuração pública ou particular nos termos do item 04.01 deste edital e apresentarão declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação e entregarão ao PREGOEIRO, em envelopes separados, a proposta de preços e a documentação de habilitação.

09.03 - Após o recebimento do credenciamento, o PREGOEIRO declarará encerrado o prazo para recebimento dos envelopes, decidirá sobre a aceitabilidade dos envelopes entregues, procuração e declaração apresentadas, não serão aceitos quaisquer outros documentos que não os existentes nos respectivos envelopes, nem será permitido que se faça qualquer adendo ou esclarecimento sobre os documentos, de forma a alterar o conteúdo original dos mesmos.

09.04 - Em seguida, o PREGOEIRO procederá à abertura dos envelopes contendo as propostas de preços, verificará a conformidade das mesmas com as especificações técnicas e demais exigências constantes do edital, excetuando-se análise de preços que será posterior, decidindo

motivadamente a respeito, e procederá a classificação exclusivamente das que tenham atendido essas exigências editalícias.

09.05 - As propostas escritas classificadas serão, em seguida, selecionadas para a fase de lances verbais, onde serão qualificadas, exclusivamente, a proposta de menor preço, as com valores sucessivos e superiores em até 10% relativamente à de menor preço.

09.06 - Caso não sejam verificados, no mínimo, três propostas de preços escritas classificadas nas condições definidas no item 06.02, o PREGOEIRO qualificará as melhores propostas subseqüentes, até o máximo de três, para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas.

09.07 - Em seguida, será iniciada a etapa de apresentação de lances verbais, onde o PREGOEIRO convidará individualmente os licitantes classificados e qualificados, de forma sequencial, a apresentarem seus lances a partir do autor da proposta qualificada de maior preço por item e os demais, em ordem decrescente.

09.08 - Os lances verbais serão apresentados de forma sucessiva e em preços distintos e decrescentes, devendo o valor do lance final atingir preço igual ou inferior ao limite máximo constante do Orçamento Básico que estará em poder do PREGOEIRO.

09.09 - A desistência de apresentação de lance por parte de licitante convocado pelo PREGOEIRO implica na exclusão do mesmo da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado por ele, para efeito de ordenação das propostas.

09.10 - Caso não se realize lances verbais, o PREGOEIRO poderá negociar diretamente com o licitante classificado em 1º lugar para que seja obtido preço melhor.

09.11 - Caso duas ou mais propostas dentre as inicialmente ordenadas para oferecer lances verbais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances;

09.11.1 - Caso as licitantes participantes do sorteio desistam de apresentar lance verbal para o item em questão, a classificação dar-se-á de acordo com o resultado do sorteio.

09.12 - Declarada encerrada a etapa de lances, o PREGOEIRO verificará a aceitabilidade das ofertas no que se refere ao preço máximo constante do edital, à exequibilidade do valor e classificará as propostas na ordem crescente dos valores ofertados, convocando em seguida os presentes à sessão para verificarem e rubricarem as propostas de preços escritas apresentadas e o mapa de ofertas.

09.13 - Caso o preço referente ao lance final do item seja composto de preços unitários, deverá o PREGOEIRO, antes da convocação de todos os licitantes, solicitar do vencedor a adequação desses preços ao valor do lance final, devendo os mesmos restar iguais ou inferiores aos constantes do documento preços de referência.

09.14 - Encerrado os lances de todos os itens ou lotes, o envelope contendo a documentação de habilitação do(s) licitante(s) classificado(s) em 1º lugar será aberto e verificada a conformidade dos documentos ali contidos com as exigências do edital.

09.15 - Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor e os presentes à sessão serão convocados para verificarem e rubricarem os documentos apresentados.

09.16 - Caso o licitante desatenda às exigências de habilitação, o PREGOEIRO examinará os documentos de habilitação do licitante classificado em 2º lugar e, assim sucessivamente, até a apuração de um que atenda ao edital, podendo ainda o PREGOEIRO negociar diretamente com este, para que seja obtido preço melhor, sendo o mesmo declarado vencedor do certame.

09.17 - Em seguida, o PREGOEIRO solicitará dos licitantes a manifestação sobre a intenção de interpor recurso. Caso todos os licitantes declinem desse direito, o PREGOEIRO adjudicará o objeto ao vencedor; havendo manifestação de recurso, esta será feita com registro em ata da síntese das razões do recorrente, podendo o mesmo juntar memoriais no prazo de 03 (três) dias contados a partir do 1º dia útil seguinte ao da interposição, podendo o PREGOEIRO dar ao recurso efeito suspensivo e ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

09.18 - A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência ao direito ao recurso e da adjudicação ao objeto da licitação pelo PREGOEIRO ao vencedor.

09.19 - O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

09.20 - Decididos os recursos, o PREGOEIRO prosseguirá com o trâmite do processo e após o encaminhará para homologação da autoridade superior.

09.21 - O PREGOEIRO é facultado suspender qualquer sessão mediante motivo devidamente justificado e marcar sua reabertura para outra ocasião, fazendo constar esta decisão na ata dos trabalhos.

09.22 - O PREGOEIRO poderá, para analisar as propostas de preços, os documentos de habilitação e outros documentos, solicitar pareceres técnicos e suspender a sessão para realizar diligências a fim de obter melhores subsídios para as suas decisões.

09.23 - Todos os documentos ficam sob a guarda do PREGOEIRO até à conclusão do processo.

09.24 - Todos os procedimentos do PREGOEIRO e dos licitantes durante as sessões serão registrados em ata.

09.25 - Caso o licitante vencedor se recuse injustificadamente a assinar a Ata de Registro de Preços ou não apresente situação regular, no ato da assinatura do mesmo e a autoridade superior deverá extinguir os efeitos da homologação e da adjudicação através do ato de rescisão e retornará os autos do processo o PREGOEIRO.

09.26 - O PREGOEIRO retornará às atividades de seleção de melhor proposta e convocará outro licitante, observada a ordem de qualificação e classificação, para verificar as suas condições de habilitação e celebrar a Ata de Registro de Preços, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

09.27 - No caso de decretação de feriado que coincida com a data designada para entrega dos envelopes "A" e "B" e suas aberturas, esta licitação realizar-se-á no 1º dia útil subsequente, na mesma hora e mesmo local; podendo, no entanto, o PREGOEIRO definir outra data, horário e até local, fazendo a publicação e divulgação na mesma forma do início.

## **10.00 - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS ESCRITAS E DOS LANCES VERBAIS**

10.01 - No julgamento das propostas e lances verbais, o PREGOEIRO levará em consideração o tipo de licitação que é **MENOR PREÇO POR LOTE**.

10.02 - Será considerado vencedor o licitante que, classificado e qualificado, tendo participado da etapa de lances, se houver, apresente o **MENOR PREÇO E ATENDA ÀS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO DESTE EDITAL**.

10.03 - Na análise das propostas, havendo divergência entre o valor numérico e por extenso, prevalecerá o segundo.

10.04 - Havendo divergência entre o valor unitário do item e do total, prevalecerá o valor do item, desconsiderando o valor total, fazendo na sessão as devidas adequações.

10.05 - Não serão levadas em consideração, vantagens não previstas neste edital.

10.06 - Serão desclassificadas, preliminarmente, para a etapa de lances, as propostas de preços escritas que:

- a. Não atendam às exigências referentes ao objeto e demais disposições deste edital, excetuando-se os preços, cuja análise será posteriormente.

10.07 - Será desclassificado ainda o licitante que:

- a. Sendo o único participante do certame e cote preço superior ao limite de mercado, se recuse a reduzi-lo a um valor igual ou inferior àquele limite máximo do Orçamento;
- b. No caso de todos os participantes se recusarem a ofertar lances verbais, tenha cotado preço superior ao limite máximo determinado no documento registro de preços, seja o menor preço e se recuse a reduzi-lo a um valor igual ou inferior àquele limite máximo e/ou mantenha preço unitário - caso haja - superior ao constante do documento preços de referência;

10.08 - Os licitantes classificados preliminarmente e qualificados para a etapa de lances verbais, serão dispostos na ordem crescente dos valores ofertados, sendo considerado vencedor o que apresentar o menor preço na fase de lances.

10.09 - O resultado da licitação será divulgado através de sessão pública ou de publicação e de relatório a ser afixado em flanelógrafo no endereço constante do preâmbulo deste edital, durante 05 dias, assinado pelo PREGOEIRO no qual conste o licitante vencedor e o valor de sua proposta.

10.10 - A empresa vencedora obriga-se a fornecer no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após ser declarado vencedor, nova Planilha de Formação de Preços (Proposta Adequada) com os devidos preços unitários e totais, e marcas vencedoras.

### **11.00 - DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO**

11.01 - A adjudicação desta licitação em favor do licitante cuja proposta de preços ou lance verbal seja classificado em primeiro lugar, é da competência do PREGOEIRO, quando não houver recurso.

11.02 - A homologação deste pregão é da competência do(a) Gestor(a) do **SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAAE**.

11.03 - O(a) Gestor(a) da Secretaria Municipal Competente se reserva o direito de não homologar ou revogar o presente processo, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado e mediante fundamentação escrita.

11.04 - **A homologação, conforme se verifique a necessidade, estará sujeita, ainda, à aferição das informações prestadas pela licitante vencedora, inclusive no que se refere à inspeção *in loco* na sede da empresa para fins de verificação de que se encontra em pleno funcionamento, incluindo sua identificação externa e identificação de pessoal executando serviços durante o horário normal de funcionamento.**

### **12.00 - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DO CONTRATO**

12.01 - O Município de Boa Viagem através do órgão competente formalizará a ata de registro de preços e assinará com a vencedora desta licitação, sob pena de decair do direito à contratação, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela vencedora.

12.02 - Caso o licitante vencedor se recuse injustificadamente a cumprir a Ata de Registro de Preços/Contrato ou não apresente situação regular, a autoridade superior deverá extinguir os efeitos da Adjudicação / homologação através de ato de circunstanciado e retornará os autos do processo o PREGOEIRO, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

12.03 - O PREGOEIRO retornará as atividades de seleção de melhor proposta e convocará outro licitante, observada a ordem de qualif.

icação e classificação, para verificar as suas condições de habilitação e assim sucessivamente.

12.04 - O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar a Ata de Registro de Preços/Contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da Ata de Registro de Preços, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município de Boa Viagem e será descredenciado no Cadastro da Prefeitura Municipal de Boa Viagem, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e na Ata de Registro de Preços e das demais cominações legais.

12.05 - A Ata de Registro de Preços terá validade pelo prazo de **12 (DOZE) MESES**, contado a partir da data da sua assinatura, nos termos do **Decreto Municipal nº 108, de 28 de Março de 2017**.

12.06 - O Contrato produzirá seus jurídicos e legais efeitos a partir data de sua assinatura e vigorará até ..... de ..... de 20....., admitindo-se, prorrogação nos termos do artigo 57, da Lei Federal n.º 8.666/93, satisfeitos os demais requisitos do Decreto Municipal n.º 108, de 28 Março de 2017.

12.07 - A Vencedora é obrigada a corrigir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto da Ata de Registro de Preços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções de materiais empregados.

12.08 - A Vencedora é responsável pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução da Ata de Registro de Preços/Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade em virtude da fiscalização ou o acompanhamento pela Contratante.

12.08 - A Ata de Registro de Preços/Contrato poderá ser rescindida nos termos do disposto nos arts. 78 e 79, da lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores.

12.09 - Não haverá reajuste de preços, podendo ocorrer revisão dos mesmos na hipótese de ocorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis durante a gestão contratual, bem como ocorra majoração legal de preços; devendo a Vencedora se manifestar e, comprovadamente, demonstrar o desequilíbrio econômico - financeiro da Ata de Registro de Preços, cabendo a Administração, justificadamente, aceitar ou não, a solicitação de revisão.

12.10 - As despesas com os futuros fornecimentos da Ata de Registro de Preços do objeto desta licitação correrão à conta de recursos do **RECURSOS ORDINÁRIOS**, na dotação orçamentária do Órgão/Entidade participante do **SRP (Sistema de Registro de Preços)**, a ser informada no Contrato ou quando da emissão da Ordem de Compra.

12.11 - Os preços registrados serão aqueles ofertados nas propostas de preços dos licitantes vencedores da disputa.

12.12 - A partir da vigência da Ata de Registro de Preços, o licitante se obriga a cumprir integralmente todas as condições estabelecidas no referido instrumento, sujeitando-se, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

12.13 - A empresa vencedora obriga-se a comparecer à Prefeitura Municipal de Boa Viagem, quando convocada, para assinatura da Ata de Registro de Preços/Contrato, decorrente desta licitação, devendo comparecer no prazo de 05 (cinco) dias a contar do recebimento da respectiva Convocação, junto a Secretaria Competente.

12.14 - A empresa vencedora obriga-se a aceitar, nas mesmas condições da licitação, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, a critério da administração pública, respeitando-se os limites previstos na Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato.

### **13.00 - DA ENTREGA E DO PAGAMENTO**

13.01 - A entrega do objeto será de acordo com as solicitações requisitadas pela SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, devendo ser entregues no prazo de 05 (CINCO) DIAS corridos a contar do recebimento da respectiva Ordem de Compra nos locais determinados pela secretaria responsável, ficando à administração no direito de solicitar apenas àquela quantidade que lhe for estritamente necessária.

13.01.1 - A emissão da Ordem de Compra será via e-mail, ficando o mesmo obrigado a confirmar o recebimento enviando também via e-mail a confirmação de recebimento, com assinatura/nome e CPF do funcionário que recebeu, devendo os produtos ser entregues no prazo de 05 (CINCO) DIAS corridos a contar do recebimento da respectiva Ordem de Compra e confirmação, sujeito as penalidades especificadas neste edital.

13.02 – A vencedora deverá garantir adequadas condições de higiene e sanitário dos produtos durante a estocagem e transporte/manuseio até a sua entrega, com local de estocagem compatível com o produto, conforme o caso.

13.03 - O pagamento será efetuado após a emissão de empenho e será no prazo máximo de até 30 (trinta) dias da data do recebimento definitivo do produto, acompanhado das respectivas Notas Fiscais e de Empenho, acompanhadas das Certidões Federais, Estaduais, Municipais, e Trabalhistas, todas atualizadas e regularizadas.

### **14.00 - DO RECEBIMENTO DO PRODUTO**

14.01 - O produto oferecido pela Vencedora estará sujeito à aceitação plena do órgão recebedor.

14.02 - O titular da origem desta licitação designará uma Comissão de Recebimento, cujo propósito será a conferência do produto entregue com as especificações contidas no edital e na proposta de preços da Vencedora. Caso o produto entregue esteja de acordo com aqueles instrumentos, a Comissão emitirá o Termo de Recebimento Definitivo; se estiver em desacordo, rejeitará o recebimento do mesmo.

14.03 - Caso o objeto entregue não esteja de acordo com o Anexo I e II, a Secretaria Municipal competente rejeitará o recebimento do mesmo, sendo a vencedora obrigada a substituir, imediatamente, sem ônus para a prefeitura, o produto que vier a ser recusado.

### **15.00 - DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DOS RECURSOS**

15.01 - Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão;

15.01.1 - Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a Administração a pessoa que não o fizer dentro do prazo fixado no subitem 15.01, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso;

15.01.2 - A impugnação feita tempestivamente pela licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente;

15.01.3 - A apresentação de impugnação contra o presente edital será processada e julgada na forma e nos prazos previstos na Lei Federal Nº 8666/93, devendo ser entregue direcionada ao PREGOEIRO, e protocolada na Prefeitura Municipal de Boa Viagem, a Praça Monsenhor José Candido, 100 – Centro – Boa Viagem – CE;

15.01.4 - Acolhida a petição de impugnação contra o ato convocatório que importe em modificação dos termos do edital será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas;

15.01.5 - A resposta do Município de Boa Viagem/CE será disponibilizada a todos os interessados mediante afixação de cópia da íntegra do ato proferido pela Administração no flanelógrafo da Comissão de Pregão da Prefeitura de Boa Viagem, conforme disposto na Lei Orgânica do Município e constituirá aditamento a estas Instruções;

15.02 - A entrega da proposta, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente edital, implicará na plena aceitação, por parte dos interessados, das condições nele estabelecidas.

15.03 - Das decisões proferidas pelo PREGOEIRO relativas à classificação e desclassificação de propostas de preços escritas e lances verbais e à habilitação e inabilitação, caberá recurso administrativo dirigido ao titular da origem desta licitação, a ser interposto no final da sessão, com registro em ata pelo titular ou representante legal da licitante, constando o motivo e a síntese das suas razões e contra-razões, podendo o interessado juntar memoriais no prazo de 03 dias contados a partir do 1º dia útil seguinte ao da interposição, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

15.04 - Os recursos contra a decisão do PREGOEIRO terão efeito suspensivo na forma do artigo 109, § 2º, da Lei nº 8.666/93.

15.05 - O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.06 - Se não reconsiderar sua decisão o PREGOEIRO submeterá o recurso, devidamente informado, à consideração da autoridade competente, que ratificará a decisão da comissão ou proferirá decisão contrária, definitiva antes da homologação do procedimento.

15.07 - Os memoriais de recursos e contra-razões deverão ser direcionados ao PREGOEIRO, devendo ser entregue no setor de protocolo da prefeitura, a Praça Monsenhor José Candido, 100 – Centro – Boa Viagem - CE, no devido prazo legal, não sendo conhecidos os interpostos fora deste prazo.

15.08 - Os memoriais de recurso deverão ser interpostos mediante petição assinada por quem de direito, contendo as razões de fato e de direito com as quais impugna a decisão adversa.

15.09 - Os autos permanecerão com vista franqueada aos interessados no mesmo local indicado no item anterior.



15.10 – No caso de Solicitação de Esclarecimento será permitido aos licitantes e interessados a utilização de sistema de transmissão de dados e imagens tipo e-mail, fac-símile ou outro similar, vedada a prática nos casos que dependam de petição escrita, a exemplo de impugnações e recursos.

15.10.1 – A solicitação de esclarecimento não prejudica o cumprimento dos prazos, e não terá efeito suspensivo.

15.10.2 – O disposto neste item não obriga a que a Administração disponha de equipamentos para recepção e não responsabiliza a Comissão por petição não recebidas por motivos de ordem técnicas de computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como por outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

### **16.00 - DAS SANÇÕES**

16.01 - O licitante que convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não cumprir a Ata de Registro de Preços/Contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta ou lance, falhar ou fraudar na execução da Ata de Registro de Preços, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, FICARÁ IMPEDIDO DE LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO E SERÁ DESCREDENCIADO NO CADASTRO DESTA PREFEITURA PELO PRAZO DE ATÉ 05 (CINCO) ANOS, sem prejuízo de aplicações das seguintes multas e das demais cominações legais:

16.01.1- Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da contratação no caso de:

- a) recusar em celebrar contrato quando convocado;
- b) apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- c) não manter a proposta ou lance;
- d) fraudar na execução da Ata de Registro de Preços;
- e) comportar-se de modo inidôneo;

16.01.2- Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso na entrega de qualquer objeto contratual solicitado, até o limite de 15% (quinze por cento) sobre o valor do pedido, caso seja inferior a 30 (trinta) dias, no caso de retardamento na execução da Ata de Registro de Preços;

16.01.3- Multa moratória de 20% (vinte por cento) sobre o valor contratado, na hipótese de atraso superior a 30 (trinta) dias no fornecimento do objeto contratual;

16.02 - Na hipótese de ato ilícito, outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento da Ata de Registro de Preços, às atividades da administração, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave, ou descumprimento por parte do licitante de qualquer das obrigações definidas neste instrumento, na Ata de Registro de Preços ou em outros documentos que o complementem, não abrangidas nos subitens anteriores, serão aplicadas, sem prejuízo das demais sanções previstas na Lei nº 8.666/93 e consolidada, e na Lei nº 10.520/02, as seguintes penas:

16.02.1- advertência;

16.02.2- Multa de 1% (um por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor objeto da requisição, ou do valor global máximo da ata ou do contrato, conforme o caso;

16.03 - O valor da multa aplicada deverá ser recolhido ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias a contar da notificação ou decisão do recurso, por meio de Documento de Arrecadação Municipal – DAM.

- 16.03.1- Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratante fizer jus.
- 16.03.2- Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Vencedora, o valor devido será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa do Município e cobrado mediante processo de execução fiscal, com os encargos correspondentes.
- 16.04 - A inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços/Contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas no Art. 87º e 88º da Lei 8.666/93.
- 16.05 - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO: As sanções serão aplicadas após regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório.
- 16.05.1- No processo de aplicação de penalidades é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, garantidos os seguintes prazos de defesa:
- 05 (cinco) dias úteis para as sanções exclusivamente de multas e advertência;
  - 10 (dez) dias corridos para a sanção de impedimento de licitar e contratar com o Município de Boa Viagem e descredenciamento no Cadastro desta Prefeitura pelo prazo de até 05 (cinco) anos.
- 16.06 - A competência para imposição das sanções de advertência e de multa será da autoridade superior e /ou titular do órgão interveniente ou entidade contratante e a de impedimento de licitar ou contratar será do titular da entidade contratante.
- 16.07 - A reabilitação do Contratado só poderá ser promovida, mediante requerimento, após decorrido o prazo da aplicação da sanção e desde que indenize o Município pelo efetivo prejuízo causado ao Erário Público quando a conduta faltosa, relativamente ao presente certame, repercutir prejudicialmente no âmbito da Administração Pública Municipal.
- 16.08. As partes se submeterão ainda às demais sanções impostas nos artigos 86 a 88 da Lei Federal n.º 8.666/93, alterada e consolidada e no instrumento contratual.

## **17.00 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

- 17.01 - Independentemente de declaração expressa, a apresentação da proposta implica na aceitação plena e total das condições e exigências deste edital, na veracidade e autenticidade das informações constantes nos documentos apresentados.
- 17.02 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário. Só se iniciam e vencem os prazos referidos em dia de expediente na Prefeitura Municipal de Boa Viagem.
- 17.03 - No interesse da Administração Municipal e sem que caiba às licitantes qualquer tipo de indenização, fica assegurada a autoridade competente:
- Alterar as condições, a qualquer tempo, no todo ou em parte, da presente licitação, dando ciência aos interessados na forma da legislação vigente;
  - Anular ou revogar, no todo ou em parte, a presente licitação, a qualquer tempo, disto dando ciência aos interessados mediante publicação.
- 17.04 - Quaisquer esclarecimentos serão prestados pelo PREGOEIRO, durante o expediente de atendimento ao público, no horário de 07h30min às 12h00min, em sua sede, através do telefone (88) 3427-7001 ou através do site [www.tcm.ce.gov.br](http://www.tcm.ce.gov.br)
- 17.05 - Os casos omissos poderão ser resolvidos pelo(a) Pregoeiro(a) durante a sessão e pelo titular da origem desta licitação.
- 17.06 - Cópias do edital e anexos serão fornecidas mediante Termo de Retirada de Edital, nos horários de 08h00min às 12h00min, na Sede da Comissão de Pregão da Prefeitura de Boa

Viagem, situada à Praça Monsenhor José Candido, Nº 100, Centro, Cep: 63.870-000, Boa Viagem/CE, ficando os autos do presente processo administrativo de Pregão à disposição para vistas e conferência dos interessados.

17.07 - Fica eleito o foro de Boa Viagem - CE, para dirimir qualquer dúvida no procedimento desta licitação.

Boa Viagem – CE, 19 de Junho de 2017.

  
Jackson Ferreira Dantas  
PREGOEIRO DO MUNICÍPIO DE BOA VIAGEM



**ANEXO I**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 2017.06.19.1- RP**

**PROJETOS BÁSICOS / TERMO DE REFERENCIA**

**PROJETO BÁSICO**

**I - INFORMAÇÕES PRIMÁRIAS SOBRE A DESPESA**

1. ORGÃO: SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO – SAAE.	2. PROJETO BÁSICO Nº
3. Nº DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 13.01.	4. DESCRIÇÃO DE CATEGORIA DE INVESTIMENTO: <input type="checkbox"/> Capacitação <input type="checkbox"/> Equipamento de Apoio <input type="checkbox"/> Equipamento de TI <input type="checkbox"/> Consultoria / Auditoria / Assessoria <input type="checkbox"/> Despesa de Custeio <input checked="" type="checkbox"/> Bens de Consumo <input checked="" type="checkbox"/> Material Permanente
5. UNIDADE ADMINISTRATIVA SOLICITANTE: SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO – SAAE.	

**II – FUNDAMENTAÇÃO MÍNIMA PARA AQUISIÇÃO DOS PRODUTOS**

- 1. OBJETO SINTÉTICO:** REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICO E HIDRAULICO DE INTERESSE DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO – SAAE DO MUNICÍPIO DE BOA VIAGEM, TUDO CONFORME ESPECIFICAÇÕES EM ANEXO.
- 2. JUSTIFICATIVA:** A REFERIDA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICO E HIDRÁULICO É PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DE MANUTENÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS, HIDRÁULICAS E ELÉTRICA, BEM COMO, PARA O BOM FUNCIONAMENTO DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO – SAAE E DOS SERVIÇOS OFERTADOS.
- 3. VIGÊNCIA DO PROCESSO:** (12) doze meses.
- 4. LOCAL DE ENTREGA:** Nos locais determinados Pelo SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO – SAAE.
- 5. PRAZO ENTREGA:** Entregar os produtos licitados no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da autorização de ordem de compra.
- 6. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:** O Pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a emissão da Nota Fiscal, mediante atesto do fornecimento dos produtos e o encaminhamento da documentação necessária, observada as disposições editalícias, através de crédito na conta bancaria da Detentora.
- 7. DAS OBRIGAÇÕES DA SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO- SAAE:**  
 Competirá ao Órgão Gestor do Registro de Preços:  
 I. Gerenciar a Ata de Registro de Preços;  
 II. Providenciar, sempre que solicitada, a indicação do fornecedor detentor de preço registrado, para atendimento às necessidades da Administração, obedecendo à ordem de classificação e aos quantitativos definidos nesta Ata;

- III. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados;
- IV. Aplicar as seguintes penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços:
- a) Advertência.
- b) Multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou nesta Ata.
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 05 (cinco) anos.
- V. Cancelar o registro do fornecedor detentor do preço registrado, em razão do disposto no Decreto Municipal Nº 108 de 28 de março de 2017;
- VI. Comunicar aos Órgãos Participantes do SRP a aplicação de penalidades ao fornecedor detentor de preços registrados.

**8. DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DO REGISTRO DE PREÇOS:**

O detentor do registro de preços, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços fica obrigado a:

- I. Atender a todos os pedidos efetuados pelos órgãos e entidades participantes do SRP, bem como aqueles decorrentes de remanejamento de quantitativos registrados na Ata, durante a sua vigência, mesmo que a execução do objeto esteja prevista para data posterior à do seu vencimento;
- II. Fornecer os bens ofertados, por preço unitário registrado, nas quantidades indicadas pelos participantes do Sistema de Registro de Preços, mediante formalização de contrato, no prazo estabelecido na Ordem de Compra;
- III. Responder no prazo de até 05(cinco) dias a consultas do Órgão Gestor de Registro de Preços sobre a pretensão de órgãos/entidades não participantes de utilizar a Ata na condição de Órgão/Entidade Interessado;
- IV. Estar ciente que os materiais adquiridos estarão sujeitos à aceitação pelo órgão recebedor, ao qual caberá o direito de recusar caso não esteja de acordo com o especificado e seja um produto de qualidade inferior ao solicitado.
- V. Aceitar, nas mesmas condições da Ata de Registro de Preços, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, a critério da administração pública, respeitando-se os limites previstos na Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor da Ata de Registro de Preços.

**9. CONSIDERAÇÕES:** Eventuais despesas administrativas geradas externamente, ainda que em atendimento ao objeto licitado, não serão suportadas pela Administração Municipal.

**10. FONTE DE RECURSO:** RECURSOS ORDINÁRIOS.

**11. VALOR ESTIMADO:** R\$ 1.687.565,64 (hum milhão seiscentos e oitenta e sete mil quinhentos e sessenta e cinco reais e sessenta e quatro centavos).

**12. Nº DO CONVÊNIO:** Não se aplica

**13. RESULTADOS ESPERADOS DIRETOS E INDIRETOS:** o SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO – SAAE tem a expectativa de adquirir os produtos solicitados com qualidade e bom preço. Garantindo o atendimento das necessidades existentes, bem como, a eficiência no combate as vulnerabilidades e desigualdades.

**ANEXO I**  
**AO PROJETO BÁSICO/TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. DO OBJETO:**

1.1. REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICO E HIDRAULICO DE INTERESSE DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO – SAAE DO MUNICÍPIO DE BOA VIAGEM, TUDO CONFORME ESPECIFICAÇÕES EM ANEXO.

**2. DOS PRODUTOS A SEREM LICITADOS:**

LOTE I - MATERIAL ELÉTRICO						
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNIDADE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1.	ALÇA PREFORMADA P/ CABO MULTIPLEX TRIFÁSICO 3P+N ALUMÍNIO 16 AWG	40	UNIDADE		R\$ 3,10	R\$ 124,00
2.	AMPERIMETRO DE MEDIÇÃO DIRETA 0 A 10 AMP FM 61X61	6	UNIDADE		R\$ 154,87	R\$ 929,22
3.	AMPERIMETRO DE MEDIÇÃO DIRETA 0 A 20 AMP FM 61X61	6	UNIDADE		R\$ 159,75	R\$ 958,50
4.	AMPERIMETRO DE MEDIÇÃO DIRETA 0 A 30 AMP FM 61X61	6	UNIDADE		R\$ 173,25	R\$ 1.039,50
5.	AMPERIMETRO DE MEDIÇÃO DIRETA 0 A 50 AMP FM 61X61	6	UNIDADE		R\$ 187,25	R\$ 1.123,50
6.	AMPERIMETRO DE MEDIÇÃO POR TC 0 A 25 AMP FM 7272 05/25	2	UNIDADE		R\$ 177,00	R\$ 354,00
7.	AMPERIMETRO DE MEDIÇÃO POR TC 0 A 50 AMP FM 7272 05/50	2	UNIDADE		R\$ 207,50	R\$ 415,00
8.	AMPERÍMETRO P/TC 50/05 72X72	4	UNIDADE		R\$ 152,50	R\$ 610,00
9.	BANCO CAPASSITIVO TRIFÁSICO 2,5 KVAR	4	UNIDADE		R\$ 267,00	R\$ 1.068,00
10.	BANCO CAPASSITIVO TRIFÁSICO 5 KVAR	4	UNIDADE		R\$ 410,00	R\$ 1.640,00
11.	BARRA DE CONECTOR 12MM	8	UNIDADE		R\$ 17,32	R\$ 138,56
12.	BLOCO DE CONECTOR DE PASSAGEM DIN AZUL 4 MM	30	UNIDADE		R\$ 14,85	R\$ 445,50
13.	BLOCO DE CONECTOR DE PASSAGEM DIN CINZA 2,5 MM	40	UNIDADE		R\$ 9,67	R\$ 386,80
14.	BLOCO DE CONECTOR DE PASSAGEM DIN CINZA 4 MM	40	UNIDADE		R\$ 14,15	R\$ 566,00
15.	BLOCO DE CONTATO LATERAL 1 NA 1NF	12	UNIDADE		R\$ 68,45	R\$ 821,40
16.	BOBINA P/ MINICONTATORACA W 0422 380 V	4	UNIDADE		R\$ 65,12	R\$ 260,48
17.	BOBINA P/ CONTATORA FORÇA CWM 25 220 V	10	UNIDADE		R\$ 130,50	R\$ 1.305,00
18.	BOBINA P/	10	UNIDADE		R\$ 61,00	R\$ 610,00

	MINICONTATORACAW 0422 220 V					
19.	BOTÃO DUPLO NA + NF SEM SINALEIRO	20	UNIDADE		R\$ 41,00	R\$ 820,00
20.	BOTÃO GIRATORIO P/ AMPERIMETRO COMTC RST	4	UNIDADE		R\$ 230,95	R\$ 923,80
21.	BOTÃO GIRATORIO P/ VOLTIMETRORST	4	UNIDADE		R\$ 214,50	R\$ 858,00
<b>VALOR TOTAL</b>						<b>15.397,26</b>

LOTE II - MATERIAL ELÉTRICO						
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNIDADE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1.	CABO CCI 2 PARES COM MALHA PE. PEÇA C/100 METROS	2	PEÇA		R\$ 130,50	R\$ 261,00
2.	CABO FLEXIVEL 1,5MM CINZA OU BRANCO PEÇA C/100 METROS	4	PEÇA		R\$ 89,12	R\$ 356,48
3.	CABO FLEXIVEL 1KV 16MM	120	METRO		R\$ 20,25	R\$ 2.430,00
4.	CABO FLEXIVEL 1KV 25MM	120	METRO		R\$ 15,37	R\$ 1.844,40
5.	CABO FLEXIVEL 1KV 35MM	360	METRO		R\$ 25,12	R\$ 9.043,20
6.	CABO FLEXIVEL 1KV 50MM	300	METRO		R\$ 30,75	R\$ 9.225,00
7.	CABO FLEXIVEL 2,5MM AZUL PEÇA C/100 METROS	2	PEÇA		R\$ 107,00	R\$ 214,00
8.	CABO FLEXIVEL 2,5MM BRANCO PEÇA C/100 METROS	2	PEÇA		R\$ 107,00	R\$ 214,00
9.	CABO FLEXIVEL 2,5MM PRETO PEÇA C/100 METROS	2	PEÇA		R\$ 107,00	R\$ 214,00
10.	CABO FLEXIVEL 2,5MM VERDE AMARELA PEÇA C/100 METROS	2	PEÇA		R\$ 107,00	R\$ 214,00
11.	CABO FLEXIVEL 2,5MM VERMELHO PEÇA C/100 METROS	2	UNIDADE		R\$ 107,00	R\$ 214,00
12.	CABO FLEXIVEL 4,0MM AZUL PEÇA C/100 METROS	2	PEÇA		R\$ 177,00	R\$ 354,00
13.	CABO FLEXIVEL 4,0MM PRETO PEÇA C/100 METROS	2	PEÇA		R\$ 177,00	R\$ 354,00
14.	CABO FLEXIVEL 4,0MM VERDE PEÇA C/100 METROS	2	PEÇA		R\$ 177,00	R\$ 354,00
15.	CABO FLEXIVEL 6,0MM PRETO PEÇA C/100 METROS	2	PEÇA		R\$ 342,25	R\$ 684,50
16.	CABO MULTIPLEX TRIFÁSICO 3P+N ALUMINIO 16MM	400	METRO		R\$ 8,71	R\$ 3.484,00
17.	CABO MULTIPLEX TRIFÁSICO 3P + N ALUMINIO 3X35 + 35MM	600	METRO		R\$ 19,95	R\$ 11.970,00
18.	CABO PP 3 X 1,5 MM PEÇA C/ 100M	4	PEÇA		R\$ 342,25	R\$ 1.369,00
19.	CABO PP 3 X 4 MM PEÇA C/	4	PEÇA		R\$ 696,00	R\$ 2.784,00





	100M					
20.	CABO PP 4 X 2,5 MM PEÇA C/ 100M	8	PEÇA		R\$ 586,25	R\$ 4.690,00
21.	CABO UTP CATEGORIA 5 (CABO DE REDE E DADOS)	2	CAIXA		R\$ 475,75	R\$ 951,50
<b>VALOR TOTAL</b>						<b>51.225,08</b>

LOTE III - MATERIAL ELÉTRICO						
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNIDADE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1.	CAIXA DE MEDIÇÃO PADRÃO TRIFASICA METALICA.	4	UNIDADE		R\$ 215,87	R\$ 863,48
2.	CAIXA DE MEDIÇÃO PADRÃO, MONOFASICA PLASTICA	4	UNIDADE		R\$ 42,62	R\$ 170,48
3.	CAIXA DE MEDIÇÃO PADRÃO, TRIFASICA PLASTICA	4	UNIDADE		R\$ 126,75	R\$ 507,00
4.	CANALETA PERFURADA 20X25 VARA C/2 METROS	12	VARA		R\$ 31,32	R\$ 375,84
5.	CANALETA PERFURADA 25X25 VARA C/2 METROS	4	VARA		R\$ 33,07	R\$ 132,28
6.	CHAVE DE PARTIDA RAPÍDA P/MOTOR DE 3CV TRIFASICO	4	UNIDADE		R\$ 205,00	R\$ 820,00
7.	CHAVE DE PARTIDA RAPIDA P/MOTOR DE 5CV TRIFASICO	4	UNIDADE		R\$ 205,25	R\$ 821,00
8.	CHAVE SECCIONADORA 3 POSIÇÕES 2 FUNÇÕES 45° AUTOMATICA/MANUAL	20	UNIDADE		R\$ 296,25	R\$ 5.925,00
9.	CONECTOR DE BRONZE P/HASTE DE ATERAMENTO DE 1/2 TIPO U	40	UNIDADE		R\$ 2,80	R\$ 112,00
10.	CONECTOR DE COMPRESSÃO 16MM FURO M8	12	UNIDADE		R\$ 2,92	R\$ 35,04
11.	CONECTOR DE COMPRESSÃO 16MM M10	12	UNIDADE		R\$ 3,82	R\$ 45,84
12.	CONECTOR DE COMPRESSÃO 25MM FURO M8	12	UNIDADE		R\$ 4,31	R\$ 51,72
13.	CONECTOR DE COMPRESSÃO 50MM AO QUADRADO M10	20	UNIDADE		R\$ 4,91	R\$ 98,20
14.	CONECTOR DE COMPRESSÃO 50MM FURO M10	20	UNIDADE		R\$ 5,27	R\$ 105,40
<b>VALOR TOTAL</b>						<b>10.063,28</b>

LOTE IV - MATERIAL ELÉTRICO						
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNIDADE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1.	CONECTOR PEFURANTE	48	UNIDADE		R\$ 15,50	R\$ 744,00
2.	CONECTOR RJ 11	60	UNIDADE		R\$ 2,35	R\$ 141,00
3.	CONECTOR RJ45	100	UNIDADE		R\$ 1,97	R\$ 197,00
4.	CONTATORA FORÇA 25	10	UNIDADE		R\$ 102,25	R\$ 1.022,50
5.	CORDÃO PARALELO 2,5MM PEÇA C/100 METROS	2	PEÇA		R\$ 245,30	R\$ 490,60
6.	CORDÃO PARALELO 2X1,5MM PEÇA C/100 METROS	2	PEÇA		R\$ 176,50	R\$ 353,00
7.	CURVA 180° P/ELETRODUTO RIGIDO 1	10	UNIDADE		R\$ 5,82	R\$ 58,20
8.	CURVA 180° P/ELETRODUTO RIGIDO 1.1/2	10	UNIDADE		R\$ 10,92	R\$ 109,20
9.	CURVA 180° P/ELETRODUTO RIGIDO 3/4	10	UNIDADE		R\$ 4,48	R\$ 44,80
10.	CURVA 90° P/ELETRODUTO RIGIDO 1	20	UNIDADE		R\$ 3,12	R\$ 62,40
11.	CURVA 90° P/ELETRODUTO RIGIDO 1.1/2	20	UNIDADE		R\$ 5,93	R\$ 118,60
12.	CURVA 90° P/ELETRODUTO RIGIDO 3/4	20	UNIDADE		R\$ 3,07	R\$ 61,40
13.	DISJUNTOR MONOFASICO 10 AMP	16	UNIDADE		R\$ 8,87	R\$ 141,92
14.	DISJUNTOR MONOFASICO 16 AMPERES	24	UNIDADE		R\$ 8,88	R\$ 213,12
15.	DISJUNTOR MONOFASICO 2 AMPERES	12	UNIDADE		R\$ 50,50	R\$ 606,00
16.	DISJUNTOR MONOFASICO 20 AMPERES	16	UNIDADE		R\$ 8,90	R\$ 142,40
17.	DISJUNTOR MONOFASICO 25 AMPERES	8	UNIDADE		R\$ 8,90	R\$ 71,20
18.	DISJUNTOR MONOFASICO 32 AMPERES	6	UNIDADE		R\$ 9,26	R\$ 55,56
19.	DISJUNTOR NOFUSE 150 AMPERES	4	UNIDADE		R\$ 534,05	R\$ 2.136,20
<b>VALOR TOTAL</b>						<b>6.769,10</b>

LOTE V - MATERIAL ELÉTRICO						
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNIDADE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1.	DISJUNTOR NOFUSE 250 AMPERES	4	UNIDADE		R\$ 1.079,52	R\$ 4.318,08
2.	DISJUNTOR TRIFASICO 10 AMP	16	UNIDADE		R\$ 62,12	R\$ 993,92
3.	DISJUNTOR TRIFASICO 20 AMPERES	12	UNIDADE		R\$ 42,75	R\$ 513,00
4.	DISJUNTOR TRIFASICO 25	12	UNIDADE		R\$ 63,30	R\$ 759,60

	AMPERES					
5.	DISJUNTOR TRIFASICO 32 AMPERES	12	UNIDADE		R\$ 64,30	R\$ 771,60
6.	DISJUNTOR TRIFASICO 40 AMPERES	6	UNIDADE		R\$ 65,30	R\$ 391,80
7.	DISJUNTOR TRIFASICO 63 AMPERES DIN	6	UNIDADE		R\$ 66,05	R\$ 396,30
8.	ELETRODUTO RIGIDO DE 1 VARA 3 METROS	40	VARA		R\$ 21,82	R\$ 872,80
9.	ELETRODUTO RIGIDO DE 1.1/2 VARA 3 METROS	40	VARA		R\$ 24,75	R\$ 990,00
10.	ELETRODUTO RIGIDO DE 3/4 VARA 3 METROS	40	VARA		R\$ 10,12	R\$ 404,80
11.	ELETRODO DE NIVEL TIPO PENDULO	60	UNIDADE		R\$ 59,25	R\$ 3.555,00
12.	FUSIVEL NH00 150 AMPERES	2	CAIXA		R\$ 80,00	R\$ 1.760,00
13.	FUSIVEL NH00 100 AMPERES	2	CAIXA		R\$ 72,75	R\$ 945,50
14.	FUSIVEL NH00 ULTRA-RAPIDO 63 AMPERES	4	CAIXA		R\$ 463,00	R\$ 1.852,00
15.	FUSIVEL TIPO D 10 AMPERES	2	CAIXA		R\$ 93,75	R\$ 387,50
16.	FUSIVEL TIPO D 16 AMPERES	4	CAIXA		R\$ 57,50	R\$ 630,00
17.	FUSIVEL TIPO D 2/4 AMPERES	2	CAIXA		R\$ 124,25	R\$ 248,50
18.	FUSIVEL TIPO D 20 AMPERES	2	CAIXA		R\$ 134,00	R\$ 268,00
19.	HASTE DE COBRE P/ ATERRAMENTO 5/8 X 2,00M	30	UNIDADE		R\$ 20,50	R\$ 615,00
20.	INTERRUPTOR DUAS SESSÃO COM TOMADA 2P+T 10A	8	UNIDADE		R\$ 9,15	R\$ 73,20
21.	INTERRUPTOR P/ CAMPAINHA	6	UNIDADE		R\$ 27,82	R\$ 166,92
22.	INTERRUPTOR POR SENSOR DE PRESENÇA	8	UNIDADE		R\$ 50,50	R\$ 404,00
23.	INTERRUPTOR SOBREPOR 4X2 DUAS SESSÃO	8	UNIDADE		R\$ 12,70	R\$ 101,60
24.	INTERRUPTOR SOBREPOR 4X2 TRES SESSÃO	8	UNIDADE		R\$ 25,12	R\$ 200,96
25.	INTERRUPTOR SOBREPOR 4X2 UMA SESSÃO	8	UNIDADE		R\$ 16,35	R\$ 130,80
26.	INTERRUPTOR 1 SESSÃO COM TOMADA 2P+T 10A	8	UNIDADE		R\$ 9,52	R\$ 76,16
27.	LAÇO PREFORMADO P/CABO MULTIPLEX TRIFASICO 3P+N ALUMINIO 16MM	40	UNIDADE		R\$ 4,00	R\$ 160,00
28.	LUVA DE COMPRESSÃO 16MM AO QUADRADO	12	UNIDADE		R\$ 3,22	R\$ 38,64
29.	LUVA DE COMPRESSÃO 25MM QUADRADO	12	UNIDADE		R\$ 3,38	R\$ 40,56

30.	LUVA DE COMPRESSÃO 35MM AO QUADRADO	20	UNIDADE	R\$ 3,94	R\$ 78,80
31.	LUVA DE COMPRESSÃO 50MM AO QUADRADO	20	UNIDADE	R\$ 4,99	R\$ 99,80
32.	LUVA PARA ELETRODUTO RIGIDO 1	50	UNIDADE	R\$ 3,15	R\$ 157,50
33.	LUVA PARA ELETRODUTO RIGIDO 1.1/2	50	UNIDADE	R\$ 3,52	R\$ 176,00
34.	LUVA PARA ELETRODUTO RIGIDO 3/4	50	UNIDADE	R\$ 2,22	R\$ 111,00
<b>VALOR TOTAL</b>					<b>22.689,34</b>

LOTE VI - MATERIAL ETÉTRICO						
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNIDADE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1.	LÂMPADA FLUORESCENTE 25W COMPACTA	30	UNIDADE		R\$ 17,50	R\$ 525,00
2.	LÂMPADA FLUORESCENTE 32W COMPACTA	30	UNIDADE		R\$ 18,70	R\$ 561,00
3.	LAMPADA FLUORESCENTE 40W COMPACTA	30	UNIDADE		R\$ 45,35	R\$ 1.360,50
4.	LAMPADA FLUORESCENTE 15W COMPACTA	30	UNIDADE		R\$ 10,55	R\$ 316,50
5.	LAMPADA LED 12W	30	UNIDADE		R\$ 29,37	R\$ 881,10
6.	LAMPADA LED 9W	30	UNIDADE		R\$ 24,10	R\$ 723,00
7.	LAMPADA DE VAPOR METALICO 70W	20	UNIDADE		R\$ 48,00	R\$ 960,00
8.	LUMINARIA PARA POSTE COM SOQUETE E PARAFUSO 350, PORCA E RUELAS	20	UNIDADE		R\$ 96,25	R\$ 1.925,00
9.	MINICONTATORA 2 NA 2 NF 0422E	10	UNIDADE		R\$ 91,50	R\$ 915,00
10.	MINICONTATORA 3 NA 1 NF 0431E	10	UNIDADE		R\$ 67,12	R\$ 671,20
11.	PROTETOR DE SURTO 275V 45KA	20	UNIDADE		R\$ 78,25	R\$ 1.565,00
12.	QUADRO COM TAMPA OPACA E PLACA DE MONTAGEM NA COR LARANJA 300 X 300 X 200	6	UNIDADE		R\$ 159,75	R\$ 958,50
13.	QUADRO COM TAMPA OPACA E PLACA DE MONTAGEM NA COR LARANJA 400 X 300 X 200	6	UNIDADE		R\$ 286,50	R\$ 1.719,00
<b>VALOR TOTAL</b>						<b>13.080,80</b>

LOTE VII - MATERIAL ETÉTRICO

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNIDADE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1.	QUADRO SISTEMA VDI 40X40	2	UNIDADE		R\$ 197,00	R\$ 394,00
2.	REATOR P/LAMPADA VAPOR DE SÓDIO 70WATS	20	UNIDADE		R\$ 97,50	R\$ 1.950,00
3.	RELE DE SOBRECARGA 11 A 17 RW17	6	UNIDADE		R\$ 117,00	R\$ 702,00
4.	RELE DE COMANDO A DISTANCIA 220V	10	UNIDADE		R\$ 290,25	R\$ 2.902,50
5.	RELE DE NIVEL 220/380V	60	UNIDADE		R\$ 150,00	R\$ 9.000,00
6.	RELE DE SOBRECARGA 05 A 08 RW17	8	UNIDADE		R\$ 140,25	R\$ 1.122,00
7.	RELE DE SOBRECARGA 05 A 07 RW17	8	UNIDADE		R\$ 137,75	R\$ 1.102,00
8.	RELE DE SOBRECARGA 05 A 08 RW27	10	UNIDADE		R\$ 148,25	R\$ 1.482,50
9.	RELE DE SOBRECARGA 07 A 10 RW27	10	UNIDADE		R\$ 158,00	R\$ 1.580,00
10.	RELE DE SOBRECARGA 11 A 17 RW27	8	UNIDADE		R\$ 167,00	R\$ 1.336,00
11.	RELE DE SOBRECARGA 15 A 23 RW27	4	UNIDADE		R\$ 173,50	R\$ 694,00
12.	RELE DE TEMPO 0 A 30 SEGUNDOS - 220 V	4	UNIDADE		R\$ 120,25	R\$ 481,00
13.	RELE DE TEMPO MULTIFUNCIONAL TMF-02MM 24-240 VCA	8	UNIDADE		R\$ 125,62	R\$ 1.004,96
14.	RELE FALTA DE FASE E NEUTRO	20	UNIDADE		R\$ 167,75	R\$ 3.355,00
15.	RELE FOTOELETRONICO C/BASE NF P/ POSTE	10	UNIDADE		R\$ 44,62	R\$ 446,20
16.	RELE SUPERVISORIO DE (MAXIMA E MINIMA)380V	4	UNIDADE		R\$ 115,30	R\$ 461,20
17.	RELE DE TEMPO ESTRELA/TRIANGULO 220V X 100MS	4	UNIDADE		R\$ 143,12	R\$ 572,48
<b>VALOR TOTAL</b>						<b>28.585,84</b>

LOTE VIII - MATERIAL ELÉTRICO						
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNIDADE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1.	SINALEIRO AMARELO 220 V CAIXA C/ 10 UND	2	CAIXA		R\$ 182,87	R\$ 365,74
2.	SINALEIRO AZUL 220V CAIXA C/10 UNIDADES	2	UNIDADE		R\$ 182,87	R\$ 365,74
3.	SINALEIRO BRANCO 220 V CAIXA C/ 10 UND	2	CAIXA		R\$ 185,37	R\$ 370,74
4.	SINALEIRO VERDE 220 V CAIXA C/ 10 UND	4	CAIXA		R\$ 182,87	R\$ 731,48
5.	SINALEIRO VERMELHO	4	CAIXA		R\$ 187,87	R\$ 751,48

	220 V CAIXA C/ 10 UND					
6.	SINALEIRO P/ PAINEL DE COMANDO 220V COM SINALEIRO INTERNITENTE	4	UNIDADE		R\$ 580,12	R\$ 2.320,48
7.	SOQUETE PRATICO BRANCO DE PLASTICO	24	UNIDADE		R\$ 4,87	R\$ 116,88
8.	TERMINAL PRE-ISOLADO 1,5MM TIPO FORQUILHA	400	UNIDADE		R\$ 2,43	R\$ 972,00
9.	TERMINAL PRE-ISOLADO 1,5MM TIPO PINO	400	UNIDADE		R\$ 2,46	R\$ 984,00
10.	TERMINAL PRE-ISOLADO 2,5MM TIPO FORQUILHA	400	UNIDADE		R\$ 2,43	R\$ 972,00
11.	TERMINAL PRE-ISOLADO 2,5MM TIPO PINO	400	UNIDADE		R\$ 2,43	R\$ 972,00
12.	TIMER PROGAMAVEL DIGITAL P/ TRILHO DIM 220V	30	UNIDADE		R\$ 158,75	R\$ 4.762,50
13.	TOMADA DUPLA 2P+T 10 AMPERES	12	UNIDADE		R\$ 11,80	R\$ 141,60
14.	TOMADA 2P+T 10A DUPLA	12	UNIDADE		R\$ 8,55	R\$ 102,60
15.	TOMADA RJ 45 CATEGORIA 5 COM 8 FIOS	16	UNIDADE		R\$ 55,37	R\$ 885,92
16.	TOMADA RJ 11 4 FIOS	16	UNIDADE		R\$ 47,55	R\$ 760,80
17.	TRILHO DIM 35MM	10	UNIDADE		R\$ 19,75	R\$ 197,50
18.	VOLTIMETRO MEDIÇÃO DIRETA FN61 X 61A500V	12	UNIDADE		R\$ 157,50	R\$ 1.890,00
19.	VOLTIMETRO MEDIÇÃO DIRETA FN61 X 61 0 A 250V	12	UNIDADE		R\$ 158,37	R\$ 1.900,44
20.	PINO FEMEA 2P+T10A	12	UNIDADE		R\$ 3,51	R\$ 42,12
21.	PINO FEMEA 2P+T 20A	12	UNIDADE		R\$ 4,46	R\$ 53,52
22.	PINO MACHO 2P 10A	16	UNIDADE		R\$ 3,48	R\$ 55,68
23.	PINO MACHO 2P 20A	6	UNIDADE		R\$ 4,15	R\$ 24,90
24.	PINO MACHO 2P+T 10A	16	UNIDADE		R\$ 4,15	R\$ 66,40
25.	PINO MACHO 2P+T 20A	6	UNIDADE		R\$ 4,46	R\$ 26,76
<b>VALOR TOTAL</b>						<b>R\$ 19.833,28</b>

**LOTE IX - MATERIAL ELÉTRICO E CONSTRUÇÃO**

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNIDADE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1.	ALICATE DE BICO	6	UNIDADE		R\$ 25,12	R\$ 150,72
2.	ALICATE DE PRESSÃO 10"	6	UNIDADE		R\$ 27,75	R\$ 166,50
3.	ALICATE DIAGONAL Nº06	6	UNIDADE		R\$ 20,25	R\$ 121,50
4.	ALICATE UNIVERSAL 8"	10	UNIDADE		R\$ 27,67	R\$ 276,70
5.	CHAVE DE FENDA 1/4 X 5	10	UNIDADE		R\$ 8,17	R\$ 81,70
6.	CHAVE ESTRELA 1/4 X 4	10	UNIDADE		R\$ 6,47	R\$ 64,70

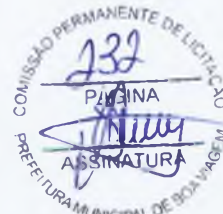
7.	MARTELO Nº25 CABO DE MADEIRA	30	UNIDADE	R\$ 29,62	R\$ 888,60
8.	ARAME FARPADO ROLO C/500M	30	ROLO	R\$ 187,25	R\$ 5.617,50
9.	ARAME GALVANIZADO Nº 18	120	QUILO	R\$ 14,02	R\$ 1.682,40
10.	BARRA CHATA 2 1/2 X 5/16 VARA C/ 6M	40	VARA	R\$ 112,75	R\$ 4.510,00
11.	BARRA CHATA 2 X 1/8 VARA C/6 METROS	60	VARA	R\$ 70,25	R\$ 4.215,00
12.	BARRA ROSQUEAVEL GALVANIZADA ZINCADA DE 1/2"	30	METRO	R\$ 14,02	R\$ 420,60
13.	BARRA ROSQUEAVEL GALVANIZADA ZINCADA DE 1/4"	60	METRO	R\$ 17,55	R\$ 1.053,00
14.	BARRA ROSQUEÁVEL GALVANIZADA ZINCADA DE 5/16"	80	METRO	R\$ 20,25	R\$ 1.620,00
15.	CANO 1" GALVANIZADO VARA C/ 6M	20	VARA	R\$ 71,00	R\$ 1.420,00
16.	CHAPA DE FERRO Nº 18 TAMANHO 2,00 X 1,20M	10	FOLHA	R\$ 98,00	R\$ 980,00
17.	CHAPA DE FERRO Nº 14 TAMANHO 2,00 X 1,00M	20	UNIDADE	R\$ 176,37	R\$ 3.527,40
18.	ZINCO Nº 28 1,2MM	30	METRO	R\$ 78,50	R\$ 2.355,00
19.	ZINCO Nº 28 1MM	30	METRO	R\$ 63,62	R\$ 1.908,60
20.	SOLDA 2,5MM	60	QUILO	R\$ 13,82	R\$ 829,20
21.	SOLDA 3,25MM	60	QUILO	R\$ 14,87	R\$ 892,20
<b>VALOR TOTAL</b>					<b>R\$ 32.781,32</b>

LOTE X - MATERIAL DE CONSTRUÇÃO						
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNIDADE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1.	COLHER DE PEDREIRO 10"	20	UNIDADE		R\$ 20,70	R\$ 414,00
2.	ENXADA 2,5 LIBRAS C/ CABO	30	UNIDADE		R\$ 35,95	R\$ 1.078,50
3.	ALAVANCA 1,5M RUSGADA	6	UNIDADE		R\$ 1.425,00	R\$ 8.550,00
4.	PA DE BICO 21 CM	30	UNIDADE		R\$ 23,67	R\$ 710,10
5.	PENEIRA P/ AREIA DIAMETRO 60CM	10	UNIDADE		R\$ 24,00	R\$ 240,00
6.	PICARETA CHIBANCA 4 LIBRAS C/CABO	40	UNIDADE		R\$ 59,25	R\$ 2.370,00
7.	PREGO 1 1/2 X 14MM	20	QUILO		R\$ 12,57	R\$ 251,40
8.	PREGO 1 X 15MM	20	QUILO		R\$ 12,92	R\$ 258,40
9.	PREGO 1" X 16MM	20	QUILO		R\$ 16,80	R\$ 336,00
10.	PREGO 3 X 8MM	20	QUILO		R\$ 10,85	R\$ 217,00
11.	CADEADO 30 MM	20	UNIDADE		R\$ 13,77	R\$ 275,40

12.	CADEADO 35 MM	60	UNIDADE	R\$ 17,92	R\$ 1.075,20
13.	CADEADO 40 MM	12	UNIDADE	R\$ 20,85	R\$ 250,20
14.	CADEADO 50MM	20	UNIDADE	R\$ 28,87	R\$ 577,40
15.	CANTONEIRA DE FERRO 5/8 X 1/8" VARA C/6M	10	VARA	R\$ 31,57	R\$ 315,70
16.	FERROLHO P/ PORTÃO DE FERRO C/ SUPORTE PARA CADEADO	40	UNIDADE	R\$ 11,90	R\$ 476,00
17.	DOBRADIÇA P/ PORTA DE MADEIRA	90	UNIDADE	R\$ 3,97	R\$ 357,30
18.	DOBRADIÇA 5/8 P/PORTA DE FERRO	40	UNIDADE	R\$ 11,70	R\$ 468,00
19.	FERROLHO CROMADO REDONDO Nº 4	40	UNIDADE	R\$ 4,56	R\$ 182,40
20.	REGUA DE ALUMINIO	6	METRO	R\$ 40,00	R\$ 240,00
<b>VALOR TOTAL</b>					<b>R\$ 18.643,00</b>

LOTE XI - MATERIAL DE CONSTRUÇÃO						
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNIDADE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1.	ROLO 5 CM DE ESPONJA	40	UNIDADE		R\$ 3,12	R\$ 124,80
2.	ROLO DE LÃ PARA PINTURA 23 CM	40	UNIDADE		R\$ 39,75	R\$ 1.590,00
3.	ROLO DE LÃ PARA PINTURA 9CM	40	UNIDADE		R\$ 6,80	R\$ 272,00
4.	SILICONE TRANSPARENTE 280G	40	UNIDADE		R\$ 14,50	R\$ 580,00
5.	SILICONE TRANSPARENTE 50G	40	UNIDADE		R\$ 5,95	R\$ 238,00
6.	BANDEJA P/PINTURA 23CM	20	UNIDADE		R\$ 19,25	R\$ 385,00
7.	BROXA 18X8CM	20	UNIDADE		R\$ 5,55	R\$ 111,00
8.	TRINCHA 1"	60	UNIDADE		R\$ 3,04	R\$ 182,40
9.	TRINCHA 2 1/2"	60	UNIDADE		R\$ 5,85	R\$ 351,00
10.	TRINCHA 3/4"	60	UNIDADE		R\$ 2,56	R\$ 153,60
11.	LUVA DE PANO PIGMENTADA	100	PAR		R\$ 7,72	R\$ 772,00
12.	LUVA DE RASPA LONGA	30	PAR		R\$ 20,75	R\$ 622,50
13.	LUVA DE VAQUETA	40	PAR		R\$ 11,70	R\$ 468,00
14.	LUVA LATEX TAM G	40	PAR		R\$ 7,90	R\$ 316,00
15.	LUVA LATEX TAM M	50	PAR		R\$ 7,90	R\$ 395,00
16.	CORDA DE SEDA 10 MM	80	QUILO		R\$ 16,57	R\$ 1.325,60
17.	LIXA DE DISCO Nº 36	40	UNIDADE		R\$ 7,20	R\$ 288,00
18.	LIXA FERRO Nº 100	40	UNIDADE		R\$ 3,41	R\$ 136,40
19.	LIXA FERRO Nº 50	40	UNIDADE		R\$ 3,41	R\$ 136,40
20.	LIXA PARA MADEIRA Nº 60	60	UNIDADE		R\$ 1,04	R\$ 62,40





21.	LIXA PARA MADEIRA Nº 50	30	UNIDADE	R\$ 1,00	R\$ 30,00
22.	LIXA FERRO Nº 60	40	UNIDADE	R\$ 3,07	R\$ 122,80
23.	TRENA DE AÇO SMTS	10	UNIDADE	R\$ 19,87	R\$ 198,70
24.	LONA DE PLÁSTICO PRETA C/ 6M DE ALTURA	100	METRO	R\$ 12,32	R\$ 1.232,00
25.	MANGUEIRA PARA SUÇÃO DE 6 POLEGADAS	400	METRO	R\$ 150,00	R\$ 60.000,00
<b>VALOR TOTAL</b>					<b>R\$ 70.093,60</b>

LOTE XII - MATERIAL DE CONSTRUÇÃO						
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNIDADE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	TELHA DE CERAMICA TIPO COLONIAL	6	MILHEIRO		R\$ 384,00	R\$ 2.304,00
2	TIJOLO FURADO	20	MILHEIRO		R\$ 323,00	R\$ 6.460,00
3	BRITA.	24	METRO CÚBICO		R\$ 129,25	R\$ 3.102,00
4	CIMENTO COLA 15KG	30	PACOTE		R\$ 10,60	R\$ 318,00
5	CIMENTO CP II Z-32 (50KG)	300	SACO		R\$ 22,80	R\$ 6.840,00
6	CAL HIDRATADO (SACO 20KG)	60	SACO		R\$ 10,97	R\$ 658,20
7	IMPERMEABILIZANTE P/ CONCRETO 3,6L	60	GALÃO		R\$ 29,37	R\$ 1.762,20
8	GESSO KG	60	QUILO		R\$ 1,95	R\$ 117,00
9	REJUNTE 1KG	10	QUILO		R\$ 3,38	R\$ 33,80
10	PISO 46X46CM CAIXA C/2M(PI)	20	CAIXA		R\$ 44,65	R\$ 893,00
<b>VALOR TOTAL</b>						<b>R\$ 22.488,20</b>

LOTE XIII - MATERIAL DE CONSTRUÇÃO						
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNIDADE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	CAIBRO 0,035X0,05X5M	10	METRO		R\$ 2,80	R\$ 28,00
2	LINHA (0,07 X 0,014 X 7 METROS)	100	METRO		R\$ 17,05	R\$ 1.705,00
3	PORTA DE MADEIRA MACIÇA TAM 0,80 X 2,10M	30	UNIDADE		R\$ 296,25	R\$ 8.887,50
4	MADEIRA TIPO MAÇARANDUBA SERRADA EM BARROTES	200	METRO		R\$ 10,20	R\$ 2.040,00
5	MADEIRA TIPO MAÇARANDUBA SERRADA EM TABUAS	200	METRO		R\$ 60,75	R\$ 12.150,00
6	RIPA 0,04X0,015X5 METROS	10	METRO		R\$ 1,58	R\$ 15,80
<b>VALOR TOTAL</b>						<b>R\$ 24.826,30</b>

LOTE XIV - MATERIAL DE CONSTRUÇÃO						
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNIDADE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	SOLVENTE	140	LATA		R\$ 15,85	R\$ 2.219,00
2	SPRAY ANTI FERRUGEM	60	UNIDADE		R\$ 9,40	R\$ 564,00
3	FUNDO BRANCO FOSCO 1L	10	LITRO		R\$ 29,25	R\$ 292,50
4	TINTA ESMALTE 3,6L CORES DIVERSAS	20	GALÃO		R\$ 62,25	R\$ 1.245,00
5	TINTA LATEX 18L P/ PISO COR BRANCO	4	LATÃO		R\$ 191,50	R\$ 766,00
6	TINTA LATEX 18L P/ PISO COR CINZA	4	LATÃO		R\$ 191,50	R\$ 766,00
7	TINTA LATEX ACRÍLICA, ALTO RENDIMENTO, 18L P/ PAREDE P/ AMBIENTES EXTERNOS	10	LATÃO		R\$ 139,00	R\$ 1.390,00
8	MASSA CORRIDA 3,6L	12	GALÃO		R\$ 15,00	R\$ 180,00
9	SUPERCAL 5KG	200	PACOTE		R\$ 3,94	R\$ 788,00
<b>VALOR TOTAL</b>						<b>R\$ 8.210,50</b>

LOTE XV - MATERIAL HIDRÁULICO						
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	UNIDADE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1.	KIT CAVALETE 3/4"	100	UNIDADE		R\$ 97,77	R\$ 9.777,00
2.	ADAPTADOR PVC SOLD. CURTO, C/ BOLSA E ROSCA P/ REGISTRO 20X1/2"	200	UNIDADE		R\$ 2,02	R\$ 404,00
3.	ADAPTADOR PVC SOLD. CURTO C/ BOLSA E ROSCA P/ REGISTRO 25 X 3/4"	800	UNIDADE		R\$ 2,45	R\$ 1.960,00
4.	ADAPTADOR PVC CURTO 40X1.1/4"	24	UNIDADE		R\$ 3,98	R\$ 95,52
5.	ADAPTADOR PVC SOLD. CURTO, C/BOLSA E ROSCA P/REGISTRO, 50 X 1 1/2"	200	UNIDADE		R\$ 9,66	R\$ 1.932,00
6.	ADAPTADOR PVC SOLD. CURTO, C/BOLSA E ROSCA PARA REGISTRO, 60 X 2".	200	UNIDADE		R\$ 11,10	R\$ 2.220,00
7.	ADAPTADOR PVC SOLD.CURTO, C/BOLSA E ROSCA P/ REGISTRO, 110 X 4"	10	UNIDADE		R\$ 37,17	R\$ 371,70
8.	ADAPTADOR PVC SOLD. CURTO, C/BOLSA E ROSCA PARA REGISTRO, 85 X 3"	20	UNIDADE		R\$ 22,20	R\$ 444,00
9.	BUCHA PVC RED. SOLDÁVEL CURTA 60 X 50MM	100	UNIDADE		R\$ 3,17	R\$ 317,00

10.	BUCHA PVC RED. SOLDÁVEL CURTA 25 X 20MM	1.200	UNIDADE	R\$ 1,53	R\$ 1.836,00
11.	BUCHA PVC RED. SOLDÁVEL CURTA 32 X 25MM	400	UNIDADE	R\$ 2,45	R\$ 980,00
12.	BUCHA PVC RED. SOLDÁVEL CURTA 40 X 32MM	60	UNIDADE	R\$ 3,00	R\$ 180,00
13.	BUCHA PVC RED. SOLDÁVEL CURTA 50 X 40MM	20	UNIDADE	R\$ 3,90	R\$ 78,00
14.	BUCHA PVC RED. SOLDÁVEL CURTA 75 X 60MM	12	UNIDADE	R\$ 13,05	R\$ 156,60
15.	BUCHA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL LONGA 110X85MM	24	UNIDADE	R\$ 68,50	R\$ 1.644,00
16.	BUCHA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL LONGA 110X60MM	12	UNIDADE	R\$ 66,67	R\$ 800,04
17.	BUCHA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL LONGA 40X25MM	60	UNIDADE	R\$ 2,93	R\$ 175,80
18.	BUCHA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL LONGA 50X25MM	30	UNIDADE	R\$ 3,91	R\$ 117,30
19.	BUCHA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL LONGA 50X32MM	30	UNIDADE	R\$ 5,05	R\$ 151,50
20.	BUCHA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL LONGA 60X25MM	40	UNIDADE	R\$ 4,88	R\$ 195,20
21.	BUCHA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL LONGA 60X32MM	40	UNIDADE	R\$ 5,01	R\$ 200,40
22.	BUCHA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL LONGA 60X40MM	20	UNIDADE	R\$ 5,00	R\$ 100,00
23.	BUCHA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL LONGA 60X50MM	40	UNIDADE	R\$ 6,46	R\$ 258,40
24.	BUCHA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL LONGA 85X60MM	12	UNIDADE	R\$ 18,17	R\$ 218,04
25.	CAP PVC ROSC. 2"	12	UNIDADE	R\$ 21,82	R\$ 261,84
26.	CAP PVC ROSC. 3"	24	UNIDADE	R\$ 23,17	R\$ 556,08
27.	CAP PVC SOLDÁVEL 20MM	80	UNIDADE	R\$ 0,94	R\$ 75,20
28.	CAP PVC SOLDÁVEL 25MM	1.000	UNIDADE	R\$ 1,13	R\$ 1.130,00
29.	CAP PVC SOLDÁVEL 32MM	100	UNIDADE	R\$ 2,02	R\$ 202,00
30.	CAP PVC SOLDÁVEL 40MM	50	UNIDADE	R\$ 2,61	R\$ 130,50
31.	CAP PVC SOLDÁVEL 50MM	24	UNIDADE	R\$ 3,48	R\$ 83,52

32.	CAP PVC SOLDAVEL 60MM	200	UNIDADE		R\$ 5,17	R\$ 1.034,00
33.	CAP PVC SOLDAVEL 75MM	20	UNIDADE		R\$ 24,45	R\$ 489,00
34.	COLAR DE TOMADA PVC, C/TRAVAS E SAÍDA ROSCÁVEL DE 110 X 3/4"	20	UNIDADE		R\$ 11,93	R\$ 238,60
35.	COLAR DE TOMADA PVC, C/TRAVAS E SAÍDA ROSCÁVEL 40 X 3/4"	20	UNIDADE		R\$ 8,25	R\$ 165,00
<b>VALOR TOTAL</b>						<b>28.978,24</b>

LOTE XVI - MATERIAL HIDRÁULICO						
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNIDADE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1.	COLAR DE TOMADA PVC, C/TRAVAS E SAÍDA ROSCÁVEL 50 X 3/4"	20	UNIDADE		R\$ 9,10	R\$ 182,00
2.	COLAR DE TOMADA PVC, C/TRAVAS E SAÍDA ROSCÁVEL 60 X 3/4"	200	UNIDADE		R\$ 11,10	R\$ 2.220,00
3.	COLAR DE TOMADA PVC, C/TRAVAS E SAÍDA ROSCAVEL 75 X 3/4"	12	UNIDADE		R\$ 13,42	R\$ 161,04
4.	COLAR DE TOMADA PVC, C/TRAVAS E SAÍDA ROSCÁVEL 85 X 3/4"	20	UNIDADE		R\$ 15,10	R\$ 302,00
5.	COLAR DE TOMADA PVC, C/TRAVAS E SAÍDA ROSCÁVEL 32 X 3/4"	40	UNIDADE		R\$ 9,01	R\$ 360,40
6.	CURVA 45° PVC JE PB PBA DN 75 DE 85MM	4	UNIDADE		R\$ 31,22	R\$ 124,88
7.	CURVA 45° PVC JE PB PBA DN 50 DE 60MM	4	UNIDADE		R\$ 16,85	R\$ 67,40
8.	JOELHO 90 SOLDAVEL 110MM, PVC	8	UNIDADE		R\$ 76,80	R\$ 614,40
9.	JOELHO 90 SOLDAVEL 20MM, PVC	200	UNIDADE		R\$ 76,75	R\$ 15.350,00
10.	JOELHO 90 SOLDAVEL 25MM, PVC	2.000	UNIDADE		R\$ 1,04	R\$ 2.080,00
11.	JOELHO 90 SOLDAVEL 32MM, PVC	200	UNIDADE		R\$ 2,61	R\$ 522,00
12.	JOELHO 90 SOLDAVEL 40MM, PVC	100	UNIDADE		R\$ 3,10	R\$ 310,00
13.	JOELHO 90 SOLDAVEL 50MM, PVC	100	UNIDADE		R\$ 5,25	R\$ 525,00
14.	JOELHO 90 SOLDAVEL 60MM, PVC	100	UNIDADE		R\$ 14,02	R\$ 1.402,00
15.	JOELHO 90 SOLDAVEL 85MM, PVC	8	UNIDADE		R\$ 76,62	R\$ 612,96
16.	JOELHO PVC LR 25X1/2"	60	UNIDADE		R\$ 1,53	R\$ 91,80
17.	JOELHO PVC LR 25X3/4"	2.000	UNIDADE		R\$ 1,75	R\$ 3.500,00
18.	JOELHO ROSCAVEL 1X3/4"	24	UNIDADE		R\$ 4,27	R\$ 102,48

	BRANCO					
19.	LUVA DE CORRER 25MM, PVC, C/ANEL	200	UNIDADE		R\$ 8,02	R\$ 1.604,00
20.	LUVA DE CORRER 32MM, PVC, C/ANEL	12	UNIDADE		R\$ 13,87	R\$ 166,44
21.	LUVA DE CORRER 40MM, PVC, C/ANEL	40	UNIDADE		R\$ 16,35	R\$ 654,00
22.	LUVA DE CORRER DE50MM, PVC, C/ANEL	20	UNIDADE		R\$ 17,85	R\$ 357,00
23.	LUVA DE CORRER PVC JE DN50/DE60, C/ ANEL	200	UNIDADE		R\$ 22,20	R\$ 4.440,00
24.	LUVA DE CORRER PVC JE PBA DN75/DE85, C/ ANEL	80	UNIDADE		R\$ 31,32	R\$ 2.505,60
25.	LUVA DE CORRER P/TUBO DEFOFO JE DN 150MM	20	UNIDADE		R\$ 49,62	R\$ 992,40
26.	LUVA DE CORRER PBA DN 100MM DE 110MM, PVC, C/ANEL	80	UNIDADE		R\$ 20,50	R\$ 1.640,00
27.	LUVA DE UNIÃO PVC SOLDAVEL 25MM	40	UNIDADE		R\$ 8,55	R\$ 342,00
28.	LUVA DE UNIÃO PVC SOLDAVEL 32MM	20	UNIDADE		R\$ 9,87	R\$ 197,40
29.	LUVA DE UNIÃO PVC SOLDAVEL 50MM	12	UNIDADE		R\$ 29,25	R\$ 351,00
30.	LUVA DE UNIÃO PVC SOLDAVEL 60MM	20	UNIDADE		R\$ 26,07	R\$ 521,40
31.	LUVA PVC ROSCÁVEL DE 2"	24	UNIDADE		R\$ 13,42	R\$ 322,08
32.	LUVA PVC ROSCÁVEL DE 3"	12	UNIDADE		R\$ 25,72	R\$ 308,64
33.	LUVA PVC LR 25X1/2	60	UNIDADE		R\$ 1,53	R\$ 91,80
34.	LUVA PVC LR 25 X 3/4"	3.000	UNIDADE		R\$ 1,63	R\$ 4.890,00
35.	LUVA PVC LR 32 X 1"	40	UNIDADE		R\$ 3,38	R\$ 135,20
<b>VALOR TOTAL</b>						<b>48.047,32</b>

LOTE XVII - MATERIAL HIDRÁULICO

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNIDADE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1.	LUVA PVC ROSCÁVEL 3/4" BRANCA	800	UNIDADE		R\$ 3,87	R\$ 3.096,00
2.	LUVA PVC SOLDAVEL 20MM	600	UNIDADE		R\$ 0,80	R\$ 480,00
3.	LUVA PVC SOLDAVEL 25MM	4.000	UNIDADE		R\$ 0,99	R\$ 3.960,00
4.	LUVA PVC SOLDAVEL 32MM	500	UNIDADE		R\$ 2,02	R\$ 1.010,00
5.	LUVA PVC SOLDAVEL 40MM	160	UNIDADE		R\$ 3,07	R\$ 491,20
6.	LUVA PVC SOLDAVEL 50MM	200	UNIDADE		R\$ 4,48	R\$ 896,00

7.	LUVA PVC SOLDAVEL 60MM	600	UNIDADE	R\$ 7,46	R\$ 4.476,00
8.	NIPLE PVC ROSCAVEL 3/4"	40	UNIDADE	R\$ 0,99	R\$ 39,60
9.	PLUG PVC ROSCAVEL 1/2"	60	UNIDADE	R\$ 0,66	R\$ 39,60
10.	PLUG PVC ROSCAVEL 3/4"	60	UNIDADE	R\$ 1,05	R\$ 63,00
11.	REGISTRO DE ESFERA C/ BORBOLETA DE 3/4" - PVC	1.000	UNIDADE	R\$ 18,05	R\$ 18.050,00
12.	REGISTRO PVC SOLD. 60MM	30	UNIDADE	R\$ 41,07	R\$ 1.232,10
13.	REGISTRO PVC SOLD. 50MM	20	UNIDADE	R\$ 19,95	R\$ 399,00
14.	REGISTRO PVC SOLD 40MM	20	UNIDADE	R\$ 15,82	R\$ 316,40
15.	REGISTRO PVC SOLD. 32MM	40	UNIDADE	R\$ 12,00	R\$ 480,00
16.	REGISTRO PVC SOLD. 25MM	100	UNIDADE	R\$ 7,87	R\$ 787,00
17.	TE PVC BBB PBA DN 100 DE 110MM C/ANEL	6	UNIDADE	R\$ 128,50	R\$ 771,00
18.	TE PVC BBB PBA DN 75 DE 85MM C/ANEL	6	UNIDADE	R\$ 68,75	R\$ 412,50
19.	TE DE REDUCAO 90 PVC SOLDAVEL 32 X 25MM	120	UNIDADE	R\$ 4,90	R\$ 588,00
20.	TE DE REDUCAO 90 PVC SOLDAVEL 40 X 25MM	40	UNIDADE	R\$ 6,92	R\$ 276,80
21.	TE PVC LR 20 X 1/2	20	UNIDADE	R\$ 1,40	R\$ 28,00
22.	TE PVC LR 25 X 1/2	12	UNIDADE	R\$ 1,53	R\$ 18,36
23.	TE PVC LR 25X3/4	200	UNIDADE	R\$ 1,92	R\$ 384,00
24.	TE PVC SOLDAVEL 20MM	100	UNIDADE	R\$ 0,84	R\$ 84,00
25.	TÊ PVC SOLDÁVEL 25MM	600	UNIDADE	R\$ 1,53	R\$ 918,00
26.	TÊ PVC SOLDÁVEL 32MM	100	UNIDADE	R\$ 3,05	R\$ 305,00
27.	TÊ PVC SOLDÁVEL 40MM	12	UNIDADE	R\$ 6,07	R\$ 72,84
28.	TÊ PVC SOLDÁVEL 50MM	12	UNIDADE	R\$ 6,82	R\$ 81,84
29.	TÊ PVC SOLDÁVEL 60MM	80	UNIDADE	R\$ 8,17	R\$ 653,60
30.	TE PVC SOLDAVEL 75MM	6	UNIDADE	R\$ 12,45	R\$ 74,70
31.	VENTOSA PVC 3/4	20	UNIDADE	R\$ 34,87	R\$ 697,40
32.	VENTOSA PVC 1	20	UNIDADE	R\$ 45,95	R\$ 919,00
33.	ANEL DE BORRACHA DN 75MM	20	UNIDADE	R\$ 2,41	R\$ 48,20
34.	ANEL DE BORRACHA DN 110MM	100	UNIDADE	R\$ 3,11	R\$ 311,00
35.	ANEL DE BORRACHA DN 150MM	20	UNIDADE	R\$ 7,20	R\$ 144,00
36.	ANEL BORRACHA P/TE PBA DN 75 DE 85MM	20	UNIDADE	R\$ 2,90	R\$ 58,00
37.	ANEL BORRACHA P/TB PBA DN 50 DE 60MM	160	UNIDADE	R\$ 2,22	R\$ 355,20
<b>VALOR TOTAL</b>					<b>R\$ 43.017,34</b>

LOTE XVIII - MATERIAL HIDRÁULICO						
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNIDADE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	REGISTRO DE GAVETA DE BRONZE COM VOLANTE E ROSCA DE 3/4"	20	UNIDADE		R\$ 25,12	R\$ 502,40
2	REGISTRO DE GAVETA DE BRONZE COM VOLANTE E ROSCA DE 1	20	UNIDADE		R\$ 36,27	R\$ 725,40
3	REGISTRO DE GAVETA DE BRONZE COM VOLANTE E ROSCA DE 2"	40	UNIDADE		R\$ 107,75	R\$ 4.310,00
4	REGISTRO DE GAVETA DE BRONZE COM VOLANTE E ROSCA DE 4	8	UNIDADE		R\$ 211,50	R\$ 1.692,00
5	REGISTRO DE GAVETA DE BRONZE COM VOLANTE E ROSCA DE 3"	10	UNIDADE		R\$ 91,25	R\$ 912,50
6	REGISTRO DE GAVETA DE BRONZE COM VOLANTE E ROSCA DE 1. 1/2"	24	UNIDADE		R\$ 62,25	R\$ 1.494,00
7	REGISTRO DE GAVETA DE BRONZE COM VOLANTE E ROSCA DE 1.1/4"	20	UNIDADE		R\$ 50,50	R\$ 1.010,00
8	REGISTRO DE GAVETA TIPO CHATO RGC C/BOLSA BB FF JE PN 100 P/TDN 300MM	4	UNIDADE		R\$ 5.096,25	R\$ 20.385,00
9	REGISTRO DE GAVETA TIPO CHATO RGC C/BOLSA BB FF JE PN 100 P/TDN 150MM	12	UNIDADE		R\$ 1.865,00	R\$ 22.380,00
10	REGISTRO DE GAVETA TIPO CHATO RGC C/BOLSA BB FF JE PN 100 P/TDN 110MM	30	UNIDADE		R\$ 877,50	R\$ 26.325,00
11	REGISTRO DE GAVETA TIPO CHATO RGC C/BOLSA BB FF JE PN 100 P/TDN 85MM	16	UNIDADE		R\$ 774,25	R\$ 12.388,00
12	REGISTRO DE GAVETA TIPO CHATO RGC C/BOLSA BB FF JE PN 100 P/TDN 60MM	40	UNIDADE		R\$ 515,50	R\$ 20.620,00
13	VALVULA DE RETENÇÃO HORIZONTAL PORTINHOLA 2 BRONZE	12	UNIDADE		R\$ 130,37	R\$ 1.564,44
14	VALVULA DE RETENÇÃO HORIZONTAL PORTINHOLA 1.1/2 BRONZE	8	UNIDADE		R\$ 74,00	R\$ 592,00
15	VALVULA DE RETENÇÃO VERTICAL 1.1/2 DISCO DE BRONZE	10	UNIDADE		R\$ 72,00	R\$ 720,00

16	VALVULA DE SUCÇÃO DE 4,BRONZE COM ROSCA INTERNA	8	UNIDADE		R\$ 446,25	R\$ 3.570,00
17	VALVULA DE SUCÇÃO DE 6,BRONZE COM ROSCA INTERNA	4	UNIDADE		R\$ 745,00	R\$ 2.980,00
18	VALVULA DE SUCÇÃO COM CRIVO 2,BRONZE	8	UNIDADE		R\$ 197,00	R\$ 1.576,00
19	VALVULA DE SUCÇÃO COM CRIVO 3,BRONZE	8	UNIDADE		R\$ 344,50	R\$ 2.756,00
<b>VALOR TOTAL</b>						<b>126.502,74</b>

LOTE XIX - MATERIAL HIDRÁULICO						
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNIDADE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	TUBO PEAD PN 10 315MM,6 METROS COM FLANGE 8 FUROS NAS EXTREMIDADES	30	VARA		R\$ 5.187,50	R\$ 155.625,00
2	TUBO DEFOFO 150MM,1MPA JEI 6M	50	VARA		R\$ 468,50	R\$ 23.425,00
3	TUBO PVC JEI PBA DN 100/DE 110MM CL 12	200	VARA		R\$ 364,60	R\$ 72.920,00
4	TUBO PVC JEI PBA DN 75/85MM CL 12	200	VARA		R\$ 211,50	R\$ 42.300,00
5	TUBO PVC JEI PBA DN 50 DE 60MM CL 12	1.600	VARA		R\$ 82,37	R\$ 131.792,00
6	TUBO PVC RIGIDO SOLDAVEL 75MM (DE) CL 12	20	VARA		R\$ 232,25	R\$ 4.645,00
7	TUBO PVC RIGIDO SOLDAVEL 50MM CL 12	60	VARA		R\$ 58,50	R\$ 3.510,00
8	TUBO PVC RIGIDO SOLDAVEL 40MM	600	VARA		R\$ 39,75	R\$ 23.850,00
9	TUBO PVC RIGIDO SOLDAVEL 32MM	1.800	VARA		R\$ 30,00	R\$ 54.000,00
10	TUBO PVC RIGIDO SOLDAVEL 25MM	2.000	VARA		R\$ 15,70	R\$ 31.400,00
11	TUBO PVC RIGIDO SOLDAVEL 20MM	80	VARA		R\$ 11,32	R\$ 905,60
12	TUBO ROSCAVEL 1.1/2	50	VARA		R\$ 122,75	R\$ 6.137,50
13	TUBO ROSCAVEL DE 2 POLEGADAS (VARA COM 6 METROS)	70	VARA		R\$ 166,00	R\$ 11.620,00
14	TUBO ROSCAVEL DE 3 POLEGADAS (VARA COM 6 METROS)	20	VARA		R\$ 181,75	R\$ 3.635,00
<b>VALOR TOTAL</b>						<b>R\$ 565.765,10</b>



LOTE XX - MATERIAL HIDRÁULICO						
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNIDADE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	HOSTIAS DISPOSITIVOS PARA SUPRESSÃO DE AGUA 3/4	6.000	UNIDADE		R\$ 47,00	R\$ 282.000,00
2	LACRE DE PORCA, 3/4	4.000	UNIDADE		R\$ 55,37	R\$ 221.480,00
3	FITA VEDA ROSCA - 18MM X50M	1.000	UNIDADE		R\$ 7,72	R\$ 7.720,00
4	ADESIVO PLASTICO P/ TUBOS, 75 G	1.200	UNIDADE		R\$ 7,27	R\$ 8.724,00
5	LAMINA DE SERRA RIGIDA 32 DENTES	1.000	UNIDADE		R\$ 6,46	R\$ 6.460,00
6	FITA ISOLANTE 20 METROS	160	UNIDADE		R\$ 5,95	R\$ 952,00
7	FITA ISOLANTE ALTA FUSÃO	100	UNIDADE		R\$ 32,32	R\$ 3.232,00
<b>VALOR TOTAL</b>						<b>R\$ 530.568,00</b>

### 3. DO VALOR ESTIMADO:

3.1. O valor estimado para a aquisição dos produtos será de **R\$ 1.687.565,64 (um milhão seiscientos e oitenta e sete mil quinhentos e sessenta e quatro centavos)**, apurado pela média dos valores obtidos nas pesquisas de preços solicitadas, sendo que estes deverão estar de acordo com os preços praticados no mercado local e ou regional.

### 4. DO LOCAL E PRAZO DA ENTREGA:

4.1. Entregar os produtos licitados no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da autorização de fornecimento/ordem de compra, nos locais determinados pelo Secretaria Municipal de Saúde.

### 5. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

5.1. A Ata de Registro de Preços terá validade pelo prazo de **12 (doze) meses**, contado a partir da data da sua assinatura, **nos termos do Decreto Municipal Nº 108, de 28 de Março de 2017.**

### 6. DO REAJUSTE E DA REPACTUAÇÃO DO VALOR REGISTRADO:

6.1. O valor da Ata de registro de preços não será objeto de reajuste. Porém os preços registrados poderão ser revistos nos casos previstos na ata.

### 7. DO PAGAMENTO:

7.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a emissão da Nota Fiscal, mediante atesto da execução dos serviços e o encaminhamento da documentação necessária, observada as disposições editalícias, através de crédito na conta bancaria da Detentora, acompanhadas das Certidões Federais, Estaduais, Municipais, e Trabalhistas, todas atualizadas e regularizadas.

**ANEXO II**  
**MODELO DE PROPOSTA**  
**PROPOSTA DE PREÇOS PADRONIZADA**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 2017.06.19.1-PP**

**Endereçada ao Pregoeiro da Prefeitura de Boa Viagem**

**Razão Social:** \_\_\_\_\_

**CNPJ:** \_\_\_\_\_

**Endereço:** \_\_\_\_\_ **CEP:** \_\_\_\_\_

**Fone:** \_\_\_\_\_ **Fax:** \_\_\_\_\_

**Banco:** \_\_\_\_\_ **Agência n.º:** \_\_\_\_\_ **Conta Corrente n.º:** \_\_\_\_\_

**OBJETO:** REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICO E HIDRAULICO DE INTERESSE DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO – SAAE DO MUNICÍPIO DE BOA VIAGEM, TUDO CONFORME ESPECIFICAÇÕES EM ANEXO.

LOTE *****						
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNIDADE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
<b>VALOR TOTAL</b>						

**VALOR GLOBAL DA PROPOSTA: R\$ ..... (VALOR POR EXTENSO).**

**VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇO: 12 (DOZE) MESES.**

**VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (SESENTA) DIAS.**

O licitante declara que, nos valores apresentados acima, estão inclusos todos os tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, custos, demais despesas que possam incidir sobre a aquisição dos produtos licitados, inclusive a margem de lucro.

O licitante declara que tem o pleno conhecimento, aceitação e cumprirá todas as obrigações contidas no anexo I – Projeto Básico/Termo de Referência deste edital.

**Local e data**

\_\_\_\_\_  
**Carimbo da empresa/Assinatura do responsável**

OBS.: AO ELABORAR SUA PROPOSTA, O LICITANTE DEVERÁ OBSERVAR FIELMENTE O PRESCRITO NO ITEM “5” DO EDITAL, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO. COLOCAR NAS PROPOSTAS VALOR UNITÁRIO E TOTAL DE CADA ITEM, VALOR TOTAL DO LOTE E GLOBAL POR EXTENSO. O MESMO DEVERÁ CUMPRIR O PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO CONFORME EXIGIDO NO EDITAL ITEM 05, ALÍNEA “D”.

ANEXO III  
MODELOS DE DECLARAÇÕES/PROCURAÇÃO

ITEM 1) Modelo de Declaração:

**DOCUMENTO EXIGIDO NO CREDENCIAMENTO**

DECLARAÇÃO

**(NOME E QUALIFICAÇÃO DO FORNECEDOR)**, DECLARA sob as penas da lei, para todos os fins de direito a que se possa prestar, especialmente para fazer prova em processo licitatório, **PREGÃO PRESENCIAL Nº \_\_\_\_\_**, junto ao Município de Boa Viagem, Estado do Ceará, o seguinte:

- (1) que dá ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação constantes do instrumento convocatório;
- (2) que tem pleno conhecimento de todos os parâmetros e elementos do Edital e objeto a ser contratado no presente certame licitatório;
- (3) que sua proposta atende integralmente aos requisitos constantes neste edital.

Pelo que, por ser a expressão da verdade, firma a presente, sob as penas da Lei.

\_\_\_\_\_ (CE), ..... de ..... de .....

.....  
DECLARANTE

ANEXO III  
MODELOS DE DECLARAÇÕES/PROCURAÇÃO

ITEM 2) Modelo de Procuração:

**DOCUMENTO EXIGIDO NO CREDENCIAMENTO**

**PROCURAÇÃO**

**OUTORGANTE:** <NOME DO FORNECEDOR, CNPJ e ENDEREÇO> neste ato representada por seu (titular, sócio, diretor ou representante), Sr.< NOME>, qualificação (nacionalidade, estado civil, profissão, RG e CPF)

**OUTORGADO:** <NOME DO CREDENCIADO> qualificação (nacionalidade, estado civil, profissão, RG, CPF e endereço).

**PODERES:** O outorgante confere ao outorgado(a) pleno e gerais poderes para representá-lo junto ao Município de Boa Viagem, Estado do Ceará, relativo ao pregão promovido através do Edital **PREGÃO PRESENCIAL Nº** \_\_\_\_\_, podendo o mesmo, assinar propostas, atas, entregar durante o procedimento os documentos de credenciamento, envelopes de proposta de preços e documentos de habilitação, se responsabilizando solidariamente pelo seu conteúdo, assinar toda a documentação necessária, como também formular ofertas e lances verbais de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da Outorgante que se fizerem necessários ao fiel cumprimento deste mandato, inclusive interpor recursos e assinar contrato, ciente de que por força do artigo 675 do Código Civil está obrigado a satisfazer todas as obrigações contraídas pelo outorgado.

\_\_\_\_\_ (CE), ..... de ..... de .....

.....  
**OUTORGANTE**

**ANEXO III  
MODELOS DE DECLARAÇÕES/PROCURAÇÃO**

**ITEM 3) Modelo de Declaração:**

**DOCUMENTO EXIGIDO NA HABILITAÇÃO**

(NOME E QUALIFICAÇÃO DO FORNECEDOR), **DECLARA:**

a) sob as penas da lei, para todos os fins de direito a que se possa prestar especialmente para fins de prova em processo licitatório N.º \_\_\_\_\_, junto ao Município de Boa Viagem, Estado do Ceará, que, em cumprimento ao estabelecido na Lei n.º 9.854, de 27/10/1999, publicada no DOU de 28/10/1999, e ao inciso XXXIII, do artigo 70, da Constituição Federal, não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem emprega menores de 16 (dezesesseis) anos em trabalho algum, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

b) sob as penas da lei, para todos os fins de direito a que se possa prestar, especialmente para fins de prova em processo licitatório, junto ao Município de Boa Viagem, Estado do Ceará, que concorda integralmente com os termos deste edital e seus anexos;

c) que inexistente qualquer fato superveniente impeditivo de nossa habilitação para participar no presente certame licitatório, bem assim que ficamos cientes da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, nos termos do art. 32, §2º, da Lei n.º 8.666/93. Pelo que, por ser a expressão da verdade, firma o presente, sob as penas da Lei.

**Pelo que, por ser a expressão da verdade, firma a presente, sob as penas da Lei.**

\_\_\_\_\_ (CE), ..... de ..... de .....

.....  
**DECLARANTE**

**ANEXO IV  
MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ...../.....  
PREGÃO PRESENCIAL Nº \_\_\_\_\_  
VALIDADE DA ATA: \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) MESES**

Aos ....., na sede da Prefeitura Municipal de Boa Viagem, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.963.515/0001-36, com sua sede na Praça Monsenhor José Candido, Nº 100, Centro, Cep: 63.870-000, Boa Viagem/CE, através do **SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO -SAAE**, neste ato representado pelo respectivo Secretário Sr. **ODÉCIO SOARES VIEIRA**, doravante denominada **ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA DE SRP**, foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços, considerando o julgamento da licitação na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº \_\_\_\_\_**, conforme a classificação das Proponentes constante do Relatório de Julgamento publicado no quadro de avisos da Comissão de Pregão da Prefeitura de Boa Viagem, **RESOLVE** registrar os preços das empresas signatárias, atendendo às condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, em conformidade com as disposições a seguir:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL**

1.1. O presente instrumento fundamenta-se:

- no **PREGÃO PRESENCIAL** tombado sob o Nº \_\_\_\_\_;
- nos termos do Decreto Municipal Nº 108 de 28/03/2017;
- Lei Federal Nº 10.520, de 17/07/2002;
- no inciso II, do art. 15, da Lei Nº 8.666/93;
- e, nas demais normas da Lei Nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,
- e demais legislação pertinente.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO**

2.1. Constitui objeto da presente Ata o **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICO E HIDRAULICO DE INTERESSE DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO – SAAE DO MUNICIPIO DE BOA VIAGEM, TUDO CONFORME ESPECIFICAÇÕES EM ANEXO**, de acordo com as condições e especificações constantes do Anexo I - Termo de Referência, do edital, da proposta de preços escrita/adequada do processo licitatório **PREGÃO PRESENCIAL Nº \_\_\_\_\_**, no qual restaram classificados em primeiro lugar os licitantes signatários.

**Sub-Cláusula Única** - Este instrumento não obriga a Administração a firmar contratações nas demandas estimadas ou adquirir, exclusivamente por seu intermédio, os bens referidos na cláusula segunda, podendo realizar licitações específicas, obedecida a legislação pertinente, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às detentoras do registro de preços, sendo-lhes assegurada a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

Praça Monsenhor José Cândido, nº 100 – Centro – Boa Viagem – Ceará  
CEP.: 63.870-000 Fone (88) 3427-7001

3.1. A presente Ata terá validade de \_\_\_\_ (\_\_\_\_) **meses**, contados a partir de sua assinatura, podendo seus possíveis contratos serem prorrogados na forma do Decreto Municipal nº 108, de 28 de Março de 2017.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. O gerenciamento deste instrumento caberá ao **SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAAE**, no seu aspecto operacional, como também nas questões legais.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DOS PREÇOS REGISTRADOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

5.1. Os preços registrados, a especificação dos bens, os quantitativos, marcas, empresas fornecedoras e representante legal, encontram-se elencados no ANEXO da presente ata, em ordem de classificação das propostas.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO**

6.1. Os itens licitados deverão ser entregues conforme expedição da ORDEM DE COMPRA-FORNECIMENTO pela administração, observadas as condições fixadas no edital e/ou contrato, nos locais determinados na ORDEM DE COMPRA/AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO emitido pela Secretaria Competente.

6.2. A Ordem de Fornecimento será encaminhada ao fornecedor que deverá assiná-la e devolve-la ao Município no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, para confirmação do recebimento.

6.3. Caso o fornecedor não cumpra o prazo estabelecido na ORDEM DE COMPRA ou se recuse a efetuar o fornecimento, terá o seu registro de preço cancelado, sem prejuízo das demais sanções previstas em Lei, nesta ata e no edital da licitação que o originou.

6.4. Neste caso poderá, o Órgão Gestor ou o Participante, com a prévia autorização do Órgão Gestor convidar, sucessivamente, por ordem de classificação, os demais licitantes, os quais ficarão sujeitos às mesmas condições previstas para o primeiro classificado.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO**

7.1. As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas no instrumento convocatório, nesta ata e seus Anexos, e na legislação pertinente.

7.2. Os termos de contratos decorrentes desta Ata de Registro de Preços, que serão tratados de forma autônoma e se submeterão igualmente a todas as disposições constantes da Lei n.º 8.666/93, inclusive quanto às prorrogações, alterações e rescisões.

7.3. Este instrumento não obriga o MUNICÍPIO a firmar qualquer contratação, nem mesmo nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objeto(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE**

8.1 O pagamento será realizado ao fornecedor, quando regularmente solicitados os bens pelo MUNICÍPIO, na proporção da entrega dos bens licitados, segundo as autorizações de fornecimento/ordens de compra expedidas, de conformidade com as notas fiscais/faturas devidamente atestadas pelo Gestor da despesa, acompanhadas das Certidões Federais,

Estaduais e Municipais, todas atualizadas, observadas a condições da proposta e os preços devidamente registrados nos Anexos deste instrumento.

8.2. Por ocasião da prestação dos serviços deverá ser apresentado recibo em 02 (duas) vias e a respectiva Nota Fiscal. A Fatura e Nota Fiscal deverá ser emitida em nome do **SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAAE**, com endereço e respectivo CNPJ.

8.3. O MUNICÍPIO efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias, através de crédito em conta corrente mantida pelo fornecedor, após o encaminhamento da documentação tratada nos subitens anteriores, observadas as disposições editalícias e desta ata.

8.3.1. Caso constatada alguma irregularidade nas notas fiscais, faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

8.3.2. Para cada Ordem de Compra/Autorização de Fornecimento, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal/fatura.

8.3.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta "ON-LINE" às certidões apresentadas, para verificação de todas as condições de regularidade fiscal.

8.3.4. Constatada a situação de irregularidade junto à fazenda pública, a CONTRATADA será comunicada para que regularize sua situação, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO, sendo-lhe facultada a apresentação de defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.

8.3.5. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

8.4. Fica vedada a antecipação de pagamento do objeto prestado, por força do que dispõe o § 2º, Item III do art. 63 da Lei Federal Nº 4.320/64.

8.5. Os preços registrados na presente ata não serão objeto de reajuste.

8.6. Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando área econômica extraordinária e extracontratual, poderá, mediante procedimento administrativo onde reste demonstrada tal situação, e antes de recebida a ordem de compra, ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na forma do artigo 65, II, "d" da Lei Federal n.º 8.666/93, alterada e consolidada.

8.6.1. Os preços registrados que sofrerem reajuste/reequilíbrio não ultrapassarão aos preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

8.6.2. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o MUNICÍPIO solicitará ao Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

8.6.3. Fracassada a negociação com o primeiro colocado o MUNICÍPIO convocará as demais empresas com preços registrados para o lote, se for o caso, ou ainda os fornecedores classificados, respeitado as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado, para redução do preço; hipótese em que poderá ocorrer alterações na ordem de classificação das empresas com preço registrado.



8.6.4. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços unitários/globais registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor competente da Prefeitura de Boa Viagem.

#### **CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

9.1. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas no Edital e seus anexos:

- a) executar o fornecimento dos bens licitados dentro dos padrões estabelecidos pelo MUNICÍPIO, de acordo com o especificado no instrumento convocatório, nesta Ata e seus anexos, que faz parte deste instrumento, observando ainda todas as normas técnicas que eventualmente regulem o fornecimento, responsabilizando-se ainda por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;
- b) assumir a responsabilidade pelo pagamento de todos os impostos, taxas e quaisquer ônus de origem federal, estadual e municipal, bem como, quaisquer encargos judiciais ou extrajudiciais, sejam trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato que lhes sejam imputáveis, inclusive com relação a terceiros, em decorrência do fornecimento;
- c) a reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
- d) responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao MUNICÍPIO ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do fornecimento, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;
- e) indicar preposto, aceito pela Administração, para representá-lo na execução do contrato. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante do contratado deverão ser comunicadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;
- f) aceitar, nas mesmas condições registradas, os acréscimos ou supressões que se fizerem no fornecimento, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma do § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93;
- g) entregar os produtos de forma a não comprometer o funcionamento dos serviços do MUNICÍPIO;
- h) comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os produtos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.
- i) prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato;
- j) dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento dos bens, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta Ata;
- k) prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
- l) comunicar imediatamente ao MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

- m) possibilitar ao MUNICÍPIO efetuar vistoria nas suas instalações, a fim de verificar as condições para atendimento do objeto contratual;
- n) respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;
- o) substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus para o MUNICÍPIO, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas úteis da recusa, no todo ou em parte o objeto recusado pela administração, caso constatadas divergências nas especificações, às normas e exigências especificadas no Projeto Básico, no Edital ou na Proposta do Contratado, ou, quando for o caso, da amostra, com os bens entregues, sujeitando-se às penalidades cabíveis;
- p) providenciar, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, por sua conta e sem ônus para o MUNICÍPIO, a correção ou substituição, dos bens que apresentem defeito durante o período de garantia;
- q) arcar com as despesas com embalagem, seguro e transporte dos bens até o(s) local(is) de entrega;
- r) informar nas embalagens de transporte dos bens, mediante etiqueta ou gravação na própria embalagem, em letras de tamanho compatível, os seguintes dados: número do modelo, marca/fabricante, quantidade contida em cada caixa, número da Ata de Registro de Preços, nº e data da Ordem de Fornecimento e o nome da fornecedora/fabricante;
- s) manter, durante a vigência desta Ata, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital relativo à licitação da qual decorreu o presente ajuste, nos termos do Art. 55, Inciso XIII, da Lei nº 8.666/93, que será observado, quando dos pagamentos à CONTRATADA;

9.2. São responsabilidades do Fornecedor ainda:

- a) toda e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o MUNICÍPIO de qualquer solidariedade ou responsabilidade;
- b) toda e qualquer multa, indenização ou despesa imposta ao MUNICÍPIO por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução do fornecimento, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao MUNICÍPIO, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.

9.2.1. O fornecedor detentor do registro autoriza o MUNICÍPIO a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

9.2.2. A ausência ou omissão da fiscalização do MUNICÍPIO não eximirá o fornecedor das responsabilidades previstas nesta Ata.

9.3. Todos os bens deverão ser comprovadamente de primeira qualidade não sendo admitido, em hipótese alguma, a entrega de bens reutilizado ou recondicionado;

9.4. A falta de quaisquer dos bens cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do objeto deste contrato e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

## CLÁUSULA DEZ - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

10.1. O MUNICÍPIO obriga-se a:

- a) indicar os locais e horários em que deverão ser entregues os bens.
- b) permitir ao pessoal da contratada acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;
- c) efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas nesta ata e contrato.
- d) promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

## CLÁUSULA ONZE – DA ALTERAÇÃO DA ATA

11.1. A presente ata de registro de preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993 e as disposições do Decreto Municipal nº 108, de 28 de Março de 2017.

## CLÁUSULA DOZE – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

12.1.1. pelo MUNICÍPIO:

- a) quando o fornecedor descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) quando o fornecedor não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) quando o Fornecedor não assinar a Ordem de Fornecimento no prazo estabelecido;
- d) quando o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- e) quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Ordem de Fornecimento decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93;
- f) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Ordem de Fornecimento decorrente deste Registro;

12.1.2. pelo FORNECEDOR:

- a) mediante solicitação por escrito, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços;
- b) quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses contidas no art. 78, incisos XIV, XV e XVI, da Lei Federal 8.666/93.

12.2. O procedimento de rescisão observará os ditames previstos nos artigos 79 e 80 da Lei de Licitações.

12.3. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

12.4. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no afixação do flanelógrafo da Comissão de Licitação ou em Jornal de Circulação Local, pelo menos uma vez, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

12.5. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Município, facultando-se à esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas nesta Ata.

12.5.1. Não poderá haver cancelamento do registro enquanto pendente a entrega de ordem de fornecimento já emitida.

12.6. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do Item.

12.7 Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

### CLÁUSULA TREZE - DAS PENALIDADES

13.1. Na hipótese de descumprimento, por parte do fornecedor, de qualquer das obrigações definidas neste instrumento, ou em outros documentos que o complementem, serão aplicadas, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 8.666/93, alterada e consolidada, as seguintes penas:

13.1.1. Se o fornecedor ensejar o retardamento da entrega de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do fornecimento, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município de Boa Viagem e será descredenciado no Cadastro da Prefeitura de Boa Viagem pelo prazo de 02 (dois) a 5 (cinco) anos, sem prejuízo de aplicação das seguintes multas e das demais cominações legais:

I- multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do registro de preços:

- a) apresentar documentação falsa exigida;
- b) não manter a proposta;
- c) fraudar na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo;

13.1.2- multa moratória de 0,5% (meio por cento) do valor do pedido, por dia de atraso na entrega de qualquer objeto registrado solicitado, contados do recebimento da ordem de compra/autorização de fornecimento no endereço constante do cadastro ou da Ata, até o limite de 15% (quinze por cento) sobre o valor do pedido, caso seja inferior a 30 (trinta) dias;

13.1.3- multa moratória de 20% (vinte por cento) sobre o valor do pedido, na hipótese de atraso superior a 30 (trinta) dias no fornecimento do bem requisitado;

13.2- Na hipótese de ato ilícito, outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento do fornecimento/entrega dos bens, às atividades da administração, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave, ou descumprimento por parte do licitante de qualquer das obrigações definidas neste instrumento, na Ata de Registro de Preços, no contrato ou em outros documentos que o complementem, não abrangidas nos subitens anteriores, serão aplicadas, sem prejuízo das demais sanções previstas na Lei nº 8.666/93, alterada e consolidada, e na Lei n.º 10.520/02, as seguintes penas:

13.2.1- advertência;

13.2.2- multa de 1% (um por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor objeto da requisição, ou do valor global máximo da ata ou do contrato, conforme o caso;

13.3. O valor da multa aplicada deverá ser recolhido ao Tesouro Municipal no prazo de 5 (cinco) dias a contar da notificação ou decisão do recurso, por meio de Documento de Arrecadação Municipal – DAM.

13.3.1. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que o licitante fizer jus.

13.3.2. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito do licitante, o valor devido será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa do Município e cobrado mediante processo de execução fiscal, com os encargos correspondentes.

13.4. As partes se submeterão ainda às demais sanções impostas nos artigos 86 a 88 da Lei Federal n.º 8.666/93, alterada e consolidada e no instrumento convocatório.

13.5. A falta dos bens não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá a CONTRATADA das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas neste contrato.

#### **CLÁUSULA QUATORZE - DOS ILÍCITOS PENAIS**

14.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

#### **CLÁUSULA QUINZE - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

15.1. As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta de recursos próprios, nas dotações orçamentárias consignadas nos respectivos orçamentos municipais vigentes de cada Órgão/Entidade participante do **SRP (Sistema de Registro de Preços)**, a ser informada quando da emissão da Ordem de Compra e/ou contrato.

#### **CLÁUSULA DEZESSEIS - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

16.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

16.1.1. todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

16.1.2. integram esta Ata os seus anexos, o Edital de PREGÃO PRESENCIAL que lhe deu origem e seus anexos, e as propostas das empresas classificadas.

16.1.3. é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização do MUNICÍPIO.

16.2. O ORGÃO GESTOU OU ORGÃO PARTICIPANTE se reserva o direito de fazer uso de qualquer das prerrogativas dispostas no artigo 58 da Lei n.º 8.666/93, alterada e consolidada.

16.3. A inadimplência do fornecedor com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere ao MUNICÍPIO a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso dos bens pela Administração.

16.4. O contratado, na execução do fornecimento, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, não poderá subcontratar partes do contrato sem a expressa autorização da Administração.

#### **CLÁUSULA DEZESSETE - DO FORO**

17.1. Fica eleito o foro da cidade de Boa Viagem, para conhecer das questões relacionadas com a presente ata que não possam ser resolvidas pelos meios administrativos.

Assim pactuadas, as partes firmam a presente ata de registro de preços, os Signatários relacionados e qualificados a seguir, os quais firmam o compromisso de zelar pelo fiel cumprimento das suas cláusulas e condições.

**SIGNATÁRIOS:**

**ORGÃO GESTOR – SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO- SAAE.**

<hr/> <b>ODECIO SOARES VIEIRA</b> Ordenador(a) da Despesa Gerenciador do Registro de Preço	CPF Nº .....
--	--------------

**EMPRESA(S) DETENTORA(S) DO REGISTRO DE PREÇOS:**

EMPRESA: \_\_\_\_\_ C.N.P.J.: \_\_\_\_\_

<hr/> Representante	CPF Nº .....
---------------------	--------------

ANEXO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ...../.....

MAPA DE PREÇOS REGISTRADOS

Este documento é parte integrante da Ata de Registro de Preços acima referenciada, celebrada entre o **SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO- SAAE** e **a(s) Empresa(s):** ....., cujos preços estão a seguir registrados em face da realização do **PREGÃO PRESENCIAL Nº \_\_\_\_\_**.

Lote .....

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT	MARCA	V. UNIT	V. TOTAL
VALOR TOTAL R\$						

EMPRESA:  
C.N.P.J.:  
ENDEREÇO:  
CIDADE:  
TELEFONE:  
E-MAIL:

**ANEXO V  
MINUTA DO CONTRATO**

CONTRATO Nº: .....  
PREGÃO PRESENCIAL Nº \_\_\_\_\_.

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO A PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VIAGEM, E DO OUTRO A EMPRESA \_\_\_\_\_ PARA O FIM QUE NELE SE DECLARA.

O **MUNICÍPIO DE \_\_\_\_\_ - CE**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.963.515/0001-36 e CGF nº 06.920.307-5, com sede de sua Prefeitura Municipal na Praça Monsenhor José Cândido, 100, Centro, Boa Viagem, CEP 63.870-000, através do(a) \_\_\_\_\_, inscrito no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, neste ato representada pelo(a) respectivo(a) Secretário(a), \_\_\_\_\_, doravante denominado(a) **CONTRATANTE**, e de outro lado a Empresa \_\_\_\_\_, estabelecida na \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º \_\_\_\_\_, neste ato representada pelo (a) Sr(a). \_\_\_\_\_, portador (a) do CPF nº \_\_\_\_\_, apenas denominada de **CONTRATADA**, firmam entre si o presente TERMO DE CONTRATO mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL**

1.1. Processo de Licitação, na modalidade Pregão Presencial tombado sob o nº \_\_\_\_\_, em conformidade com o Decreto Municipal nº 108, de 28 de Março de 2017 a Lei Federal Nº 8.666/93 - Lei das Licitações Públicas c/c os termos da Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO**

2.1. O presente contrato tem como objeto é **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICO E HIDRAULICO DE INTERESSE DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO – SAAE DO MUNICIPIO DE BOA VIAGEM, TUDO CONFORME ESPECIFICAÇÕES EM ANEXO**, tudo em conformidade com as condições e especificações contidas no TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I do Edital do Processo licitatório Pregão Presencial Nº \_\_\_\_\_, no qual encontram-se especificados no Anexo ..... do presente Contrato.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR, DO REAJUSTE E DO PAGAMENTO**

3.1. O valor global da presente avença é de R\$ \_\_\_\_ (\_\_\_\_), a ser pago na proporção da entrega dos produtos licitados, segundo as ordens de compras/autorizações de fornecimento expedidas pela Administração, de conformidade com as notas fiscais/faturas devidamente atestadas pelo Gestor da despesa, acompanhadas das Certidões Federais, Estaduais e Municipais do licitante vencedor, todas atualizadas, observadas as condições do edital.

3.2. O valor do presente Contrato não será objeto de reajuste.



3.3. Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando área econômica extraordinária e extracontratual, poderá, mediante procedimento administrativo onde reste demonstrada tal situação e termo aditivo, ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na forma do artigo 65, II, "d" da Lei Federal n.º 8.666/93, alterada e consolidada.

3.4. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, após adimplemento da obrigação e encaminhamento da documentação tratada no subitem 3.1, observadas as disposições editalícias, através de crédito na Conta Bancária do fornecedor ou através de cheque nominal.

3.5. Por ocasião do fornecimento deverá ser apresentado recibo em 02 (duas) vias e a respectiva Nota Fiscal. A Fatura e Nota Fiscal deverá ser emitida em nome do Serviço Autônomo de água e Esgoto – SAAE de BOA VIAGEM-CE, com endereço na e respectivo CNPJ.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA DO PRAZO E FORMA DE ENTREGA**

4.1. O presente Instrumento produzirá seus jurídicos e legais efeitos a partir da data de sua assinatura e vigorará até .....de ..... de 20..., admitindo-se, porém, a prorrogação nos termos do artigo 57, da Lei Federal n.º 8.666/93, satisfeitos os demais requisitos do Decreto Municipal n.º 108, de 28 de Março de 2017.

4.2. No caso do material, objeto do presente contrato, ser entregue na sua totalidade, antes da data de término do contrato, fica o referido contrato automaticamente expirado.

4.3. Independente da quantidade de cada item deste contrato à administração ficará no direito de solicitar apenas aquela quantidade que lhe for estritamente necessária.

4.4. **DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA:** Os itens licitados deverão ser entregues no prazo máximo de **05 (CINCO) DIAS** a contar da expedição da **ORDEM DE COMPRA-FORNECIMENTO** pela administração, de segunda a sexta-feira, no local determinado na **ORDEM DE COMPRA/AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO** emitida pela Secretaria Competente;

4.4.1. A ordem de compra/autorização de fornecimento será emitida será via fax ao seu numero de telefone ou via e-mail ao seu endereço eletrônico, ficando o mesmo obrigado a confirmar o recebimento também via fax e/ou email com assinatura/nome e CPF do funcionário que recebeu, sujeito as penalidades especificadas neste edital.

4.4.2. Os itens serão recebidos por servidor designado e responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, que emitirá o atesto declarando a entrega dos bens.

4.4.3. No caso de constatação da inadequação dos bens fornecidos às normas e exigências especificadas neste Edital e na Proposta vencedora a administração os recusará, devendo ser de imediato ou no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas adequados às supracitadas condições, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis, na forma da lei e deste instrumento.

4.4.4. O aceite dos bens pelo órgão recebedor não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vício de quantidade, qualidade ou disparidade com as especificações estabelecidas no Anexo deste Edital quanto aos produtos entregues.

4.4.5. Os itens licitados deverão obedecer a um cronograma de entrega, entregues de forma fracionada, de acordo com a necessidade e conveniência do órgão interessado e disponibilidade financeira durante o prazo de contratação, mediante a expedição de periódicas ORDENS DE COMPRAS/FORNECIMENTO, pela Secretaria Gestora, constando o local e a quantidade de produtos a serem **entregues**.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DA ORIGEM DOS RECURSOS E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

5.1. As despesas decorrentes das eventuais contratações correrão à conta de recursos próprios, nas dotações orçamentárias: .....

#### **CLÁUSULA SEXTA - DA OBRIGAÇÃO DAS PARTES**

6.1. As partes se obrigam reciprocamente a cumprir integralmente as disposições do instrumento convocatório, da Lei Federal nº 8.666/93, alterada e consolidada e da Lei Federal n.º 10.520/02 e do Decreto Municipal nº 004/2016.

6.2. O CONTRATADO obriga-se a:

- a) executar o fornecimento dos materiais licitados dentro dos padrões estabelecidos pelo MUNICÍPIO, de acordo com o especificado no instrumento convocatório, no Anexo I, que faz parte deste instrumento, observando ainda todas as normas técnicas que eventualmente regulem o fornecimento, responsabilizando-se ainda por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;
- b) assumir a responsabilidade pelo pagamento de todos os impostos, taxas e quaisquer ônus de origem federal, estadual e municipal, bem como, quaisquer encargos judiciais ou extrajudiciais, sejam trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato que lhes sejam imputáveis, inclusive com relação a terceiros, em decorrência do fornecimento;
- c) a reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
- d) responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao MUNICÍPIO ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do fornecimento, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;
- e) indicar preposto, aceito pela Administração, para representá-lo na execução do contrato. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante do contratado deverão ser comunicadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;
- f) aceitar, nas mesmas condições registradas, os acréscimos ou supressões que se fizerem no fornecimento, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma do § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93;
- g) entregar os materiais de forma a não comprometer o funcionamento dos serviços do MUNICÍPIO;
- h) comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os materiais que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.

- i) prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato;
- j) dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento dos materiais, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta Ata;
- k) prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
- l) comunicar imediatamente ao MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;
- m) possibilitar ao MUNICÍPIO efetuar vistoria nas suas instalações, a fim de verificar as condições para atendimento do objeto contratual;
- n) substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus para o MUNICÍPIO, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas úteis da recusa, no todo ou em parte os materiais recusados pela Administração, caso constatadas divergências nas especificações, às normas e exigências especificadas no Projeto Básico, no Edital ou na Proposta do Contratado;
- o) arcar com as despesas com embalagem, seguro e transporte dos materiais até o(s) local(is) de entrega;
- p) informar nas embalagens de transporte dos materiais, mediante etiqueta ou gravação na própria embalagem, em letras de tamanho compatível, os seguintes dados: marca/fabricante, quantidade em cada caixa, número do Contrato, nº e data da Ordem de Fornecimento e o nome da fornecedora/fabricante;
- q) manter, durante a vigência da Ata de SRP/contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital relativo à licitação da qual decorreu o presente ajuste, nos termos do Art. 55, Inciso XIII, da Lei nº 8.666/93, que será observado, quando dos pagamentos à CONTRATADA.

6.2.2. No caso de constatação da inadequação dos bens fornecidos às normas e exigências especificadas no Projeto Básico, no Edital ou na Proposta do Contratado, o Contratante os recusará, devendo no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas ser adequados às supracitadas condições;

6.3. O CONTRATANTE obriga-se a:

6.3.1. assegurar o livre acesso do CONTRATADO e de seus prepostos, devidamente identificados, a todos os locais onde se fizer necessário o fornecimento dos bens, prestando-lhe todas as informações e esclarecimentos que, eventualmente, forem solicitados;

6.3.2. efetuar o pagamento ao CONTRATADO na forma prevista neste instrumento;

## CLÁUSULA SÉTIMA - DAS SANÇÕES

7.1. Na hipótese de descumprimento, por parte do fornecedor, de quaisquer das obrigações definidas neste instrumento, ou em outros documentos que o complementem, serão aplicadas, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 8.666/93, alterada e consolidada, as seguintes penas:

7.1.1. Se o fornecedor ensejar o retardamento da entrega do objeto, não mantiver a Carta Proposta, falhar ou fraudar na execução do fornecimento, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município de BOA VIAGEM e será descredenciado no Cadastro da Prefeitura de BOA VIAGEM pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo de aplicação das seguintes multas e das demais cominações legais:

I- multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato:

- a) apresentar documentação falsa exigida;
- b) não manter a Carta Proposta;
- c) fraudar na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo;

7.1.2. Multa moratória de 0,5% (meio por cento) do valor do pedido, por dia de atraso na entrega de qualquer objeto registrado solicitado, contados do recebimento da ordem de compra/autorização de fornecimento no endereço constante do cadastro ou da Ata, até o limite de 15% (quinze por cento) sobre o valor do pedido, caso seja inferior a 30 (trinta) dias;

7.1.3. Multa moratória de 20% (vinte por cento) sobre o valor do pedido, na hipótese de atraso superior a 30 (trinta) dias no fornecimento do bem requisitado;

7.2. Na hipótese de ato ilícito, outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento do fornecimento/entrega dos bens, às atividades da administração, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave, ou descumprimento por parte do licitante de qualquer das obrigações definidas neste instrumento, na Ata de Registro de Preços, no contrato ou em outros documentos que o complementem, não abrangidas nos sub itens anteriores, serão aplicadas, sem prejuízo das demais sanções previstas na Lei nº 8.666/93, alterada e consolidada, e na Lei n.º 10.520/02, as seguintes penas:

7.2.1. Advertência;

7.2.2. Multa de 1% (um por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor objeto da requisição, ou do valor global máximo da ata ou do contrato, conforme o caso;

7.3. O valor da multa aplicada deverá ser recolhido ao Tesouro Municipal no prazo de 5 (cinco) dias a contar da notificação ou decisão do recurso, por meio de Documento de Arrecadação Municipal – DAM.

7.3.1. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que o licitante fizer jus.

7.3.2. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito do licitante, o valor devido será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa do Município e cobrado mediante processo de execução fiscal, com os encargos correspondentes.

7.4. A falta dos bens não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá a CONTRATADA das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas neste contrato.

7.5. Após o devido processo administrativo, conforme disposto no Edital, as multas pecuniárias previstas neste Instrumento serão descontadas de qualquer crédito existente no Município em favor da Contratada ou cobradas judicialmente, na inexistência deste.

7.6. As partes se submeterão ainda às demais sanções impostas nos artigos 86 a 88 da Lei Federal n.º 8.666/93, alterada e consolidada e no instrumento convocatório.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

8.1. A inexecução total ou parcial do presente contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais, as previstas em lei e no Edital.

8.2. Além da aplicação das multas já previstas, o presente contrato ficará rescindido de pleno direito, independente de notificação judicial ou extrajudicial, sem que assista à Contratada o direito de reclamar indenizações relativas às despesas decorrentes de encargos provenientes da sua execução, ocorrendo quaisquer infrações às suas cláusulas e condições ou nas hipóteses previstas na Legislação, na forma dos artigos 77 e 78 da Lei 8.666/93.

8.3. O procedimento de rescisão observará os ditames previstos nos artigos 79 e 80 da Lei de Licitações.

#### CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1. O CONTRATADO se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

9.2. O presente contrato tem seus termos e sua execução vinculada ao edital de licitação e à proposta licitatória.

9.3. O CONTRATANTE se reserva o direito de fazer uso de qualquer das prerrogativas dispostas no artigo 58 da Lei nº 8.666/93, alterada e consolidada.

9.4. O presente contrato poderá ser alterado unilateralmente pela Administração ou por acordo das partes, com as devidas justificativas, nos casos previstos na Lei.

9.5. A inadimplência do contratado com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere ao CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso dos serviços pela Administração.

9.6. O contratado, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, não poderá sub-contratar partes do contrato sem a expressa autorização da Administração.

9.7. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, os bens fornecidos em desacordo com os termos do Processo Licitatório, da proposta e deste contrato.

9.8. Integram o presente contrato, independente de transcrição, todas as peças que formam o procedimento licitatório e a proposta adjudicada.

9.9. A Contratada, na vigência do Contrato, será a única responsável perante terceiros pelos atos praticados por seu pessoal, eximida a Contratante de quaisquer reclamações e indenizações.

#### CLÁUSULA DEZ - DO FORO

10.1. O foro da Comarca de BOA VIAGEM é o competente para dirimir questões decorrentes da execução deste Contrato, em obediência ao disposto no § 2º do artigo 55 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, alterada e consolidada.

Assim pactuadas, as partes firmam o presente Instrumento, lavrado na Procuradoria Geral do Município, perante testemunhas que também o assinam, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

BOA VIAGEM-CE, \_\_\_ de \_\_\_ de \_\_\_.

<nome do secretário gestor>  
Secretário de <Secretaria>  
CONTRATANTE

<NOME DA EMPRESA>  
<NOME DO REPRESENTANTE>

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. \_\_\_\_\_ CPF. Nº \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_ CPF. Nº \_\_\_\_\_